

Arlei Sander Damo
(UFRGS)

Na abertura de um de seus textos clássicos sobre o campo político, Bourdieu lembra o quão grave é “o silêncio acerca das condições que colocam os cidadãos – e de modo mais brutal quanto mais desfavorecidos são econômica e culturalmente – perante a alternativa da demissão pela abstenção ou do desapontamento pela delegação” (1981:3). A tarefa das ciências sociais, segundo o sociólogo francês, seria explicitar as razões pelas quais a demissão e a delegação são consideradas naturais, sem que seja problematizado o fato de a democracia ter criado duas categorias de agentes políticos radicalmente distintas, uma delas ativa e a outra passiva, por ele nomeadas profissionais e leigos, respectivamente. A dupla constatação de Bourdieu – a saber: o desencantamento com a política, por parte dos cidadãos, e o desdém explicativo por parte das ciências sociais – parece, num primeiro momento, fazer sentido apenas quando pensada a partir do contexto no qual foi enunciada: em um texto escrito no início da década de 1980 e circunscrito, basicamente, ao campo da política convencional, entendendo-se enquanto tal o conjunto de eventos, instituições e agentes que operam nas entranhas do Estado e da democracia representativa. O argumento central do referido texto é que a política convencional se tornara uma modalidade de negócio, no qual apenas os profissionais se encontram efetivamente aparelhados para agir com desenvoltura. A partir dessa hipótese de inspiração weberiana, Bourdieu oferece uma visão panorâmica acerca das estratégias de produção e reprodução das práticas e das crenças políticas, bem como sugere que a exclusão da maioria – os não profissionais – consiste em uma estratégia essencial para a reprodução das elites e para o próprio campo da política tal qual ele se encontra constituído².

Retomar os argumentos de um texto publicado há quase três décadas que, sob certos aspectos, mostra-se bastante limitado, poderia causar estranhamento não fosse o fato de que a demissão e o desapontamento em relação à política continuam sendo duas práticas recorrentes na contemporaneidade, muito embora também seja possível indicar estratégias visando remediá-las. Certas categorias como engajamento, adesão e pertencimento, e suas respectivas antíteses, permanecem essenciais para o entendimento da dinâmica da política, mesmo porque são imprescindíveis para a compreensão de quaisquer dinâmicas sociais ou

culturais. Sob esse aspecto, pois, a questão formulada por Bourdieu é atual, muito embora a preocupação deste texto em particular não seja com o desapontamento ou qualquer outra categoria indicando o afastamento dos agentes da esfera da política. Antes ao contrário, procuro destacar aqui o processo inverso, qual seja: de inclusão na vida política, tomando por base o Orçamento Participativo (OP)³. Interesse-me pela maneira como certos indivíduos se põem em ação, escapando ao destino da abstenção e da delegação ao qual estariam pretensamente condenados. Isso implica lançar um olhar sobre o itinerário de agentes que se engajaram no OP de maneira tal que esse processo altera o significado de termos como política, democracia, participação, cidadania e assim por diante.

Meus objetivos mais gerais pretendem dar conta de uma questão tipicamente antropológica: afinal, qual o significado da participação no OP? Como a cultura – entendida na perspectiva de Sahlins (1997, 2001), como um dispositivo que ordena as experiências – se produz e se reproduz no espectro da democracia participativa? Meus objetivos específicos visam compreender as disposições adquiridas para a ação no processo mesmo de engajamento, razão pela qual serão privilegiados os itinerários de certos líderes comunitários. Não pretendo ficar preso à trajetória de indivíduos pertencentes às classes populares, em tese os mais susceptíveis à exclusão da política convencional e certamente o perfil preponderante entre aqueles que têm assento no Conselho do OP (COP). Todavia, o engajamento desses agentes precisa ser tratado com destaque, perguntando-se pelas condições de possibilidade de aquisição de “agência”, no sentido que Ortner (2007a, 2007b) empresta ao conceito, enquanto uma modalidade de ação na qual o sujeito tem em vista um projeto, portanto uma dada intencionalidade, e busca empreendê-lo por meio de estratégias que estão ao seu alcance. Não se trata, no entanto, de fixar-se apenas no empoderamento dos agentes⁴. As disposições que estão na origem, comumente tratadas como motivações para a luta, assim como as disposições de origem, que seriam os capitais acumulados pelo agente ao longo de sua trajetória (escolar, familiar, profissional), são deslocadas para um segundo plano neste trabalho.

A questão de fundo é, precisamente, o contexto no qual eles se tornaram líderes respeitáveis, o que implica desdobramentos que conduzem às estratégias empreendidas, às alianças efetivadas, aos alvos das disputas, a quem lhes deu suporte e de qual espécie, entre outros. O texto é produto do acompanhamento da dinâmica do OP e, particularmente, da atuação de conselheiros e delegados. Estes são membros de associações de bairros, vilas, parques, creches, portadores de necessidades especiais, entre outras, e suas atuações seguem de perto as demandas das instituições as quais representam, mas não se limitam a elas, pois em geral também são filiados ou simpatizantes de partidos políticos (ou contrários a isso), movimentos sociais, culturais, religiosos e assim por diante.

As informações que serviram de suporte para este texto foram obtidas através de pesquisa etnográfica, iniciada no primeiro semestre de 2002 e retomada em 2007 e 2008⁵. Em parte dela acompanhei as reuniões semanais do Fórum Regional da Região Centro (FROP Centro), freqüentadas por conselheiros e delegados de uma das 17 regiões nas quais o OP está subdividido, e em outra parte me concentrei nas reuniões do Conselho do OP (COP), das quais participam quase que exclusivamente conselheiros e representantes do governo – secretários, técnicos e até o prefeito, conforme a iniciativa dos próprios conselheiros e a disponibilidade técnica e política dos agentes solicitados⁶. Com o objetivo de compreender melhor a atuação desses líderes em diacronia, venho realizando entrevistas com conselheiros e ex-conselheiros da Região Centro – até o presente foi realizado aproximadamente um terço das entrevistas, cuja estimativa total é de quarenta –, o que permite compreender as

mudanças no decorrer do processo.

O texto está subdividido em três momentos. No primeiro deles, contextualizo o OP porto-alegrense, cuja história de duas décadas oferece subsídios para pensar a dimensão concreta da atuação de conselheiros e delegados, sobretudo dos primeiros, com todas as implicações que isso possui para a compreensão da chamada democracia participativa. No segundo momento, reconstituo o itinerário de alguns conselheiros, procurando evidenciar o modo como eles constituem suas reputações, não raras vezes tensionando a atuação de uns e de outros. Na última parte, descrevo os principais eventos atinentes à reurbanização de uma vila popular e, particularmente, a atuação de um líder local nesse processo.

CONTEXTUALIZANDO E PROBLEMATIZANDO O OP PORTO-ALEGRENSE

Os OPs têm sido recomendados por agências transnacionais do porte do BID (BID 2007), e por intelectuais das mais variadas filiações, como um dispositivo de ruptura com a democracia e a política convencionais. Além de fortalecer a participação da chamada “sociedade civil” na gestão dos bens públicos, seja pela escolha das prioridades dos investimentos, seja pela fiscalização das obras e serviços, o OP oportuniza a participação de agentes tradicionalmente excluídos das lutas pelo poder, entre os quais se destacam os pobres, as mulheres e, no caso brasileiro, certas “minorias” étnicas e/ou raciais.

Já se escreveu muito sobre os OPs – no plural, afinal são várias experiências em curso em diferentes continentes (Fedozzi 2002:17-20) –, especialmente sobre os OPs brasileiros, com destaque para os casos de Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, capitais de grande porte administradas por partidos de esquerda, com a hegemonia do PT⁷. De todos os OPs, o porto-alegrense (OPPOA) foi o que adquiriu maior notoriedade nacional e internacional, em virtude do pioneirismo, êxito, longevidade e publicidade. O OPPOA chegou ao ápice do seu prestígio com a realização das três primeiras edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, no momento em que o governo municipal do PT cumpria seu quarto mandato consecutivo à frente da prefeitura de Porto Alegre. A escolha da cidade deveu-se a um conjunto de fatores, e o sucesso internacional do OP certamente contribuiu para tal, afirmando Porto Alegre como uma referência em termos de democracia participativa.

O sucesso do OPPOA para muito além das fronteiras locais foi decisivo para que o processo tivesse continuidade a partir de 2005, quando a prefeitura passou a ser administrada por um consórcio de partidos tradicionalmente alheios ou até mesmo avessos à democracia participativa. A denúncia do PT, na campanha de 2004, de que o OP seria extinto caso os adversários vencessem as eleições foi rechaçada com a promessa de que ele seria mantido, uma vez que se tratava de uma conquista da cidade e não de um ou outro partido, um argumento poderoso contra o qual não havia contestação⁸. Essas mudanças de orientação ideológica mais amplas têm desdobramentos no cotidiano do OP e, particularmente, na dinâmica dos conselheiros, razão pela qual procurarei situar os itinerários daqueles aqui descritos. Todavia, os conselheiros e delegados foram e continuam centrais para a dinâmica do OP, pois eles atuam em diferentes espaços de mediação.

Conselheiros são agentes com participação destacada, eleitos pelas comunidades, entidades e associações a fim de representá-las junto ao Conselho do OP (COP), espécie de parlamento no qual são discutidas questões acerca dos investimentos e dos serviços da prefeitura⁹. Muitos desses líderes são egressos de grupos populares¹⁰

e constituíram suas reputações através do OP paralelamente à descoberta de que eram capazes de realizar algo até então impensável, incluindo discursos, enfrentamentos, mobilizações, obras etc. Muitos já possuíam algum tipo militância, seja em movimento estudantil, partidário, esportivo, religioso ou associativo, entretanto outros se tornaram ativos ou mais ativos na política a partir do envolvimento com o OP, contrariando as expectativas históricas que reservam aos grupos populares, às mulheres e às minorias étnicas o papel de coadjuvantes, quando muito. Todavia, o COP pode não ser, e seguidamente não é, o único espaço de atuação desses líderes. Os vários capitais de que eles dispõem tornam-se imediatamente passíveis de reconversão para outros espaços da política, sendo freqüentes os casos de conselheiros que passaram a atuar como assessores de vereadores, secretários de governo ou se aventuraram, por conta própria, em carreiras políticas convencionais¹¹.

A atuação dos conselheiros freqüentemente excede as fronteiras da democracia participativa e, portanto, daquilo que se imagina como o protótipo do agente político idealizado pelos modelos mais ortodoxos de democracia que se pretendem inovadores em relação ao modelo deliberativo (Yong 2001, Avritzer 2000, Neveu 2007). Em outras palavras, é preciso explicitar, desde logo, que não existe um único sentido para a atuação na democracia participativa, sendo importante captar e discutir essa diversidade. Além de serem participantes assíduos e dominarem as regras do processo, os conselheiros estão no centro da atividade de mediação entre os cidadãos a quem eles supostamente representam e o Estado – refiro-me aqui especificamente às agências do governo municipal. O espaço de mediação é bastante amplo, evidentemente, e a ele corresponde um repertório diversificado de estratégias de ação. Em cada ação, o conselheiro coloca em jogo sua reputação, capital político por excelência, e nesse caso não há propriamente diferença em relação à maneira como os políticos em geral acumulam ou deterioram seus capitais.

Em tese, quanto maior o volume de capital político de um conselheiro, maior a tendência de ele vir a ser respeitado. Eloquência, retórica, domínio da burocracia, pertencimento a redes de relações influentes (incluindo-se políticos convencionais), fazer ameaças (e eventualmente cumpri-las), seduzir eleitores, entre outros, são alguns dos mais importantes capitais de um conselheiro. O reconhecimento e, portanto, a valorização desses capitais, tanto quanto a acumulação e a depreciação deles, ocorrem nos espaços de atuação dos conselheiros, dentre os quais destacam-se: a) as comunidades ou associações de origem, espaços nos quais os conselheiros dialogam diretamente com os cidadãos; b) os espaços associados às agências estatais e seus respectivos agentes, desde o prefeito, os ocupantes de cargos comissionados e até os técnicos de carreira; c) as sessões e os bastidores do COP e do FROP, onde a reputação é dramatizada e performatizada frente aos colegas (aliados ou adversários) no conselho; d) a participação em associações, entidades de classe, partidos e outros conselhos para os quais se é designado como representante do COP, ou aos quais se adere como mais uma esfera da militância.

Conforme apontou com muita propriedade Botey (2007), articulação é uma palavra de uso corrente entre conselheiros e delegados, seja como verbo, adjetivo ou substantivo¹². A articulação está distante de ser uma prática ilegítima, obviamente. Todavia, a importância que ela adquiriu atualmente sugere, por um lado, uma notável aproximação entre a democracia participativa e a convencional e, por outro, uma intensa mobilização nos bastidores, o que não só contraria dados valores do OP como coloca em xeque a transparência das tomadas de posição. Além dos bastidores, há uma segunda modalidade de evento, na qual a atuação dos conselheiros é destacada, que merece mais atenção do que tem recebido até o presente. São os FROPs, com periodicidade semanal ou quinzenal, dependendo da mobilização das regiões e temáticas, nos quais discute-se uma diversidade

de questões que extrapolam largamente o protocolo orçamentário. Quando se afirma que o OP não discute o orçamento, mas tão somente os investimentos, dever-se-ia acrescentar que mesmo estes seguidamente são deixados em segundo plano diante de outras urgências das comunidades ou dos próprios conselheiros – “urgência”, nesse caso, também pode ser uma discussão trivial que adquire importância à medida que afeta o *status* dos líderes diretamente envolvidos. Queixas em relação aos serviços públicos, denúncias diversas, discussões acerca das próprias regras do OP e até intrigas de poder entre os delegados e conselheiros ocupam boa parte do tempo das reuniões. A energia com que esses temas são pautados impressiona, conferindo aos encontros um aspecto muito peculiar, permeado por falas e intervenções emotivas, por vezes intempestivas, bem ao gosto das assembléias populares (Damo 2006).

As plenárias regionais e temáticas são eventos muito importantes no processo do OP, uma vez que é nelas que se realizam a hierarquização das demandas, a definição das cotas de delegados para cada entidade e a escolha dos conselheiros. Nessas ocasiões, freqüentadas por centenas de pessoas e com a presença de autoridades governamentais, cria-se um ambiente propício às dramatizações e às *performances*, tanto mais quando houver disputa entre os candidatos ao conselho ou reivindicações importantes. O entusiasmo das platéias, que até há alguns anos eram animadas por *clowns* ou recreacionistas antes do início das plenárias, contribuiu para que tais eventos fossem convertidos em ícones do OPPOA. Contudo, em trabalhos mais recentes, o encantamento com o assembleísmo tem perdido fôlego. As observações mais apuradas, realizadas por pesquisadores que permanecem em campo tempo suficiente para constituir suas próprias redes de informantes e acompanhar uma gama variada de eventos, dão conta de um conjunto de práticas pouco edificantes para uma democracia que se pressupõe alicerçada em princípios tais como a transparência, o interesse coletivo, a qualificação do debate, o diálogo e a educação para a cidadania.

ITINERÁRIOS E SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO

O gosto pelo assembleísmo, a assiduidade aos eventos, a intervenção nas discussões, as tomadas de posição, as estratégias de luta, os arranjos situacionais, a capacidade de barganha e o acesso a redes de relações influentes são parte de um extenso leque de atributos que constituem o patrimônio dos líderes comunitários. Em linhas gerais, os termos nos quais esse patrimônio é constituído e preservado – e por vezes ameaçado – não difere substancialmente da maneira como políticos em geral granjeiam suas reputações, porém aqui interessa destacar sobretudo aquilo que diz respeito à especificidade das lutas no espectro da democracia participativa. Observando-se a maneira como os conselheiros e delegados constituem e manipulam suas reputações, uma forma de capital político por excelência, poder-se-á apreender muitos dos significados atribuídos à democracia participativa, não apenas pelos próprios líderes, envolvidos diretamente nas disputas, mas também pelas comunidades que lhes dão ou retiram o suporte indispensável às refregas políticas. Como dito anteriormente, a constituição de uma boa reputação ocorre, em grande medida, em meio a enfrentamentos travados entre os próprios conselheiros, nos quais são tensionadas as classificações que, em última instância, pretendem demarcar a diferença do bom e do mau conselheiro, do influente e do néscio, do confiável e do desacreditado, enfim, do “articulado” e do “atrapalhado”, entre outras tantas categorias usadas com freqüência pelos próprios conselheiros¹³. Traçar o

itinerário de alguns conselheiros é, assim, uma forma alternativa de acessar os significados do engajamento na democracia participativa.

Um agente exitoso em seus projetos políticos, e este é o caso daqueles aqui selecionados (conquanto seus êxitos sejam desiguais sob muitos aspectos), jamais se limita aos capitais e às estratégias de que dispõe quando dá início à luta. Tal fato é particularmente notável no caso de líderes populares, que via de regra dispõem de escassos recursos. Seus projetos dependerão da capacidade de agregar diferentes modalidades de capitais, desde coisas relativamente simples, como a retórica em público, até o trânsito pelas entranhas da burocracia estatal, o que efetivamente requer o suporte de outros agentes.

O conselheiro “não-adesivado”

Tanto no COP quanto no FROP Centro, sobretudo neste último, existe uma tensão permanente entre aqueles conselheiros vinculados a partidos políticos e outros que não o são. Os conselheiros filiados ou simpatizantes declarados não vêem qualquer problema nisso, no entanto são seguidamente rotulados de “adesivados” pelos que, não tendo vínculos partidários, definem-se como “comunitários”. No COP, onde os enfrentamentos são ainda mais partidários, na medida em que esta é a instância mais decisiva do processo, é possível observar maior tolerância em relação às filiações partidárias. Nesse caso, há um entendimento partilhado de que a militância partidária é um direito de qualquer cidadão e, em si mesma, não altera o *status* ou a credibilidade de ninguém. A acusação de “adesivado”, que pode ser aplicada a qualquer conselheiro, independentemente do partido, é empregada quando fica evidente que o sujeito está defendendo ou atacando uma dada posição a partir dos interesses partidários. Em tais circunstâncias, ser chamado de “adesivado” é quase um insulto, visto que há outro consenso, ainda mais sólido do que aquele que legitima o direito à partidização, segundo o qual os movimentos populares – e o OP é visto como tal – possuem suas próprias bandeiras e, nesse sentido, devem ser mantidos à distância da tutela partidária e governamental. Na prática, essas posições tendem à negociação, sendo comum os conselheiros identificados com partidos verem com desconfiança aqueles que declaram devoção exclusiva ao movimento comunitário. O argumento principal é que as tomadas de posição desses conselheiros ficariam mais vulneráveis às circunstâncias, não raro à conveniência.

Chiquinho dos Anjos é um caso paradigmático de conselheiro auto-proclamado “comunitário” que se move com perspicácia, seja na sua comunidade, no FROP, no COP ou nos bastidores da prefeitura. O itinerário percorrido por Chiquinho até a Vila das Placas, pelo menos dez anos antes de ele ter contribuído decisivamente para transformá-la em Condomínio dos Anjos (a relação entre o nome do condomínio e o do conselheiro será esclarecida mais adiante), confunde-se com o de muitas famílias de baixa renda que, no Brasil da segunda metade do século XX, migraram do campo para as metrópoles. Chiquinho nasceu numa cidade de pequeno porte, no interior do Rio Grande do Sul, onde cursara até a oitava série e levava uma vida relativamente pacata, sendo educado pela avó materna. Ele lembra da opressão que a Vila Maria da Conceição – pejorativamente chamada de Vila Maria Degolada – lhe causou logo que chegou a Porto Alegre acompanhado da família. O casebre, em frente a uma vala de esgoto, destoava do ambiente arejado em que fora criado. O pai era um boêmio, músico de cabaré que jamais permaneceu muito tempo em emprego com carteira assinada, o que forçou Chiquinho, o

único homem entre os quatro irmãos, a abortar seus projetos de continuação dos estudos. Tornou-se cobrador de ônibus e mais tarde motorista, até chegar ao sindicato da categoria. Numa greve, estourou o pára-brisa de um veículo que tentara boicotar a manifestação, sendo preso e depois demitido em razão disso. Passou, então, a dar aulas de percussão, e conquanto não admita abertamente, sua condição financeira tornou-se periclitante, a ponto de ter se mudado com a família para a sede da escola de samba da qual era um dos diretores. O barracão da tal escola não havia sido pensado como uma estratégia definitiva, contudo a falta de perspectivas fez com que ele permanecesse no local até fixar residência nas imediações, na Vila das Placas: um conjunto de casebres construídos com materiais reciclados, dentre os quais tapumes de obra e placas de publicidade.

O estabelecimento de Chiquinho na Vila das Placas, ocorrido no final da década de 1980, corresponde ao período em que a Frente Popular, liderada pelo PT, fora eleita para administrar a prefeitura pela primeira vez. Havia certa mobilização coletiva nessa Vila – em torno do atendimento às crianças, do carnaval e do futebol –, entretanto foi com a reurbanização de outra vila, a Planetário (da qual tratarei mais adiante), ocorrida em 1992, que Chiquinho e outros moradores passaram a participar assiduamente do OP. Todavia, o Condomínio dos Anjos não foi uma obra demandada através do OP, mas o resultado de um financiamento concedido pela Caixa Econômica Federal, intermediado e avalizado pela Prefeitura, o que, apesar de abreviar o processo, gerara descontentamento de outras lideranças que estavam mobilizadas há mais tempo e ainda não haviam sido contempladas. Esse episódio marcou o *status* de Chiquinho para dentro e para fora da sua comunidade, sendo ao mesmo tempo admirado pela capacidade de articulação política, e criticado pelo senso de oportunismo.

Entre os críticos de Chiquinho estão vários ex-conselheiros da Região Centro, em particular um grupo ligado ao PT e convicto de que o OP é mais do que um dispositivo por intermédio do qual se conquistam bens materiais (como moradia e creches) ou direitos elementares (como acesso a educação, saúde e assistência social). São militantes que pensam no OP como um processo de pedagogização – algo como a cidadanização –, o que incluiria a tomada de consciência do lugar ocupado pelos excluídos e as razões da exclusão. Além disso, esperam que através do OP ocorra a identificação entre os vários tipos de agentes excluídos, condição fundamental para a constituição de uma comunidade, tanto sentimental quanto política, mobilizada contra as várias faces da dominação. Nessa perspectiva mais ortodoxa do OP, o processo seria tão ou mais importante do que as conquistas em si, na medida em que é através dele que se pode romper com o circuito tradicional da dádiva que caracterizaria o clientelismo. Na perspectiva do OP, as obras e os serviços são “demandados”, como um “direito” ao qual todo “cidadão” faz jus. Conquistas como as de Chiquinho, sem um longo processo de mobilização, enfrentamento e sofrimento¹⁴, estariam fadadas ao fracasso, já que os indivíduos não teriam rompido com as visões tradicionais de mundo. Na prática, no entanto, essa asserção é bastante controversa, uma vez que a comunidade de Chiquinho é a mais assídua no OP, passada quase uma década desde a reurbanização da Vila das Placas. Em 2008, inclusive, ele lançou com sucesso um jovem morador do Condomínio dos Anjos – por sinal seu genro – para o conselho da Região Centro, e que é visto pelos demais participantes do FROP como uma espécie de seu sucessor.

Chiquinho fora eleito conselheiro pela primeira vez em 2000, justamente quando o Condomínio dos Anjos estava sendo edificado, tendo retornado outras seis vezes ao COP. Não obstante ter incorporado o léxico discursivo vinculado aos direitos e à cidadania, algo imprescindível para ser tomado a sério em certas esferas da democracia participativa, Chiquinho não se deixara seduzir por inteiro, recorrendo às estratégias convencionais da política quando conveniente. Mesmo tendo trabalhado na campanha de uma vereadora do PT nas eleições

de 2000, mantém-se afastado da militância partidária, negociando suas aproximações de maneira muito difusa até mesmo para seus aliados no FROP. Depois de ter sido eleito conselheiro várias vezes pela Região Centro, e tendo consolidado sua autoridade neste FROP, Chiquinho reorientou sua estratégia de ação, elegendo-se como suplente e depois como primeiro titular da Temática Saúde e Assistência Social. A partir do novo posto, ele supostamente poderá dragar ainda mais recursos para o Condomínio dos Anjos, sobretudo para a creche comunitária, construída com recursos demandados pela Região Centro – a creche foi inaugurada em 2008, e os investimentos públicos ultrapassaram a casa dos 450 mil reais. Além de garantir o funcionamento da creche, a qual deverá empregar ao menos duas de suas filhas, seus horizontes vislumbram a construção de um novo conjunto de moradias, destinadas aos filhos dos moradores do Condomínio dos Anjos e de outras famílias da Região Centro, que integram um comitê que ele criou denominado Integração dos Anjos. Entre suas estratégias estão incluídas críticas severas ao governo, seja qual for, e subseqüente adesão. Todavia, as adesões são parciais, e nada o impede de mudar constantemente de posição, alternando críticas e elogios ao governo, como tem feito nos últimos quatro anos.

Passada quase uma década de atuação no OP, Chiquinho dos Anjos aprendeu o domínio técnico do dispositivo e desenvolveu sua capacidade de *performance* propriamente política. No ano de 2008, foi eleito primeiro conselheiro titular da Temática Saúde e Assistência Social. Assíduo também ao FROP centro, onde elegeu um sucessor como segundo suplente, tornou-se aliado de Juliano, um novo líder de destaque nos últimos anos¹⁵. Ele e Chiquinho conduzem, direta ou indiretamente, as principais demandas da Região Centro e lograram constituir uma hegemonia, com o apoio de outras lideranças, que eles denominam de “unidade”. Enquanto Juliano acompanha passo a passo a construção do Centro Popular de Compras (camelódromo), Chiquinho preocupa-se em assegurar verbas para o funcionamento da creche recentemente inaugurada ao lado do Condomínio dos Anjos. Chiquinho pleiteia com Juliano recursos para a Integração dos Anjos, mas sem se alinhar aos movimentos tradicionais de luta pela moradia (como COMATHAB, UAMPA, FRACAB e a MNLM). Como se trata de uma estratégia calculada, outros líderes da Região Centro, simpatizantes dessas organizações, acusam-no de egoísta e oportunista, ao que ele responde, reiteradamente, ser um líder comunitário não-adesivado, que coloca as demandas da sua comunidade acima das filiações políticas e ideológicas mais amplas.

Uma líder “comunitária e partidária”

Os críticos de Chiquinho alegam, entre outras coisas, que ele é egoísta, visto que suas demandas são sempre voltadas para a comunidade de origem, conquanto seus discursos eloqüentes seguidamente apelem para a solidariedade das classes populares. Crítica radical de Chiquinho, Angélica é uma das mais respeitadas lideranças da região, embora esteja um tanto afastada do OP há vários anos. Angélica foi eleita como primeira titular do FROP nos anos de 1993 e 1994, fato inédito para as mulheres dessa região, tão inusitado que merece um parêntese.

Um levantamento referente ao período de 1990 a 2008 indica que quarenta pessoas foram eleitas como conselheiras titulares ou suplentes no FROP Centro. Dessas quarenta lideranças, 21 são homens e 19 são mulheres, o que faz crer, à primeira vista, haver um equilíbrio de poder em relação à variável gênero. No entanto, quando

se toma como parâmetro os mandatos, ao invés dos ocupantes, uma outra configuração se apresenta. Os 68 mandatos exercidos ao longo de dezoito anos do FROP Centro – nos dois primeiros anos não havia suplência, razão pela qual são 68 e não 72 mandatos – foram distribuídos de forma bastante desigual: 41 para os homens e 27 para as mulheres. Como é possível essa discrepância? Pelo simples fato de que os homens reelegeram-se com mais frequência do que as mulheres. Não por acaso, os dois conselheiros com mais mandatos nesse FROP são homens, cada qual tendo ocupado cinco vezes o posto – um deles foi Chiquinho. Computando-se titulares e suplentes separadamente, surge outro dado interessante: entre os cargos de suplência, há quase uma equivalência entre homens e mulheres, no entanto, quando observados os mandatos dos titulares, nota-se que eles foram ocupados preponderantemente por homens (25 contra 9), num total de 34 mandatos. Como os suplentes não têm direito a voto no COP, exceto na ausência dos titulares, fica claro que existe uma hierarquia entre eles, sendo o posto mais importante tendencialmente ocupado por homens. Para concluir o parêntese é necessário acrescentar que, se observado apenas o sexo do primeiro titular, perceber-se-á que, ao longo de dezoito anos, apenas em três deles mulheres foram eleitas como “primeira conselheira” – em duas ocasiões, Angélica.

Angélica é citada por Chiquinho como uma das lideranças que exerceram muita influência sobre ele, conquanto se refira a ela como “petelha” – um trocadilho capcioso que seria a junção de pe(tista) com (pen)telha¹⁶. “Aprendi muito com o ‘petelhismo’ da Angélica – afirma Chiquinho. Ela sempre tinha opinião, se metia em tudo, sempre criticando alguma coisa [...] E ela era negra, ainda por cima!”. Assim como ocorre com Chiquinho, é a luta pela moradia que está na base da militância de Angélica. Instigada a narrar seu itinerário militante, ela estabelece desde logo uma relação estreita entre a predisposição para a luta pela moradia e a periclitante história familiar. Seu pai, descendente de escravos, nascido no interior do Rio Grande do Sul, foi adotado por uma família de classe média quando chegou a Porto Alegre, o que lhe rendeu uma pequena herança que serviu para alavancar os negócios. A prosperidade propiciou uma infância tão agradável que ainda hoje é lembrada por Angélica. A casa, comparada a uma casa de bonecas, ainda está muito viva na memória dessa líder que experimentou uma trajetória descendente a partir da separação dos pais e, sobretudo, das crises psicóticas da mãe, subseqüentes à ruptura do casamento. Com a separação, mãe e filha mudaram-se para a Rua Duque de Caxias, no centro da cidade, o que permitiu à Angélica brincar o resto de sua infância na Praça da Matriz, cartão postal da cidade. Angélica foi aluna de um tradicional colégio de freiras nas proximidades, época da qual guarda uma de suas experiências mais marcantes em relação à negritude – traço que, como Chiquinho, faz questão de destacar. A única negra entre todas as meninas do colégio, teve um prêmio subtraído, num concurso de redação, sob a alegação de que era bolsista (não pagava mensalidade), e como tal não deveria ter sequer concorrido. A doença da mãe forçou-a a trabalhar desde os onze anos de idade, e aos dezessete ela se casou, indo morar em Buenos Aires. A crise argentina a trouxe de volta ao Brasil oito anos depois, reencontrando a mãe numa casa muito simples (sem banheiro, inclusive) numa vila popular na grande Porto Alegre. A convivência tornou-se insuportável e ela, o marido e as duas filhas mudaram-se para um bairro próximo ao centro de Porto Alegre, primeiro alugando e depois comprando uma pequena casa que, mais tarde, descobriram estar construída num terreno que pertencia ao Estado, mais precisamente a uma escola, do qual não poderiam jamais ter a propriedade definitiva.

É interessante notar como Angélica usa a casa como um denominador que informa os altos e baixos de sua trajetória. Não por acaso, depois de mais de duas décadas de militância, tendo sido assessora comunitária do ex-vereador e ex-prefeito João Verle, e há oito anos trabalhando como assessora do deputado estadual Ronaldo

Zulke, ambos do PT, Angélica ainda permanece envolvida com a luta pela moradia no meio urbano, atualmente presidindo o COMATHAB¹⁷. O envolvimento na luta pela moradia começou por influência de uma militante brizolista que ajudou a fundar uma associação de moradores na Vila Renascença, onde Angélica reside desde o início da década de 1980. A associação de moradores procurou o PDT no intuito de obter auxílio na regularização do terreno, condição indispensável para que pudessem realizar melhorias nas suas residências – de acordo com Angélica, a sua casa era a única com água encanada. Foi então que descobriram ser o processo mais complicado do que supunham, já que as casas haviam sido edificadas em terreno irregular. Quando o OP teve início, a Associação dos Moradores da Vila Renascença era a mais ativa da Região Centro, porém o processo de regularização fundiária, uma etapa que antecede qualquer investimento público em habitação ou saneamento básico, implicava uma série de etapas a serem vencidas, dentre as quais uma negociação entre a prefeitura e o governo do estado para que o terreno passasse ao poder da primeira, para então ser cedido aos moradores. Em razão disso, a Renascença só foi contemplada muito depois de outras comunidades do Centro, mas isso não aborreceu Angélica, para quem o tempo de maturação na luta é um aprendizado tão ou mais importante do que as conquistas em si. Talvez por isso a conquista da Vila Planetário, que não é a sua morada, tenha sido mais marcante, como mostrarei em seguida, enquanto as melhorias na Renascença não deixaram vestígios mais profundos em sua memória.

Angélica encontrou na política, a partir do OP e da luta pela moradia, um novo sentido para a sua existência, tendo sido inclusive candidata a vereadora em 2000 – com seus 1.678 votos, teve que se contentar com a vigésima quarta suplência do PT. Os anos de assessoria parlamentar fizeram-na amadurecer, segundo ela mesma. A disposição para a luta continua, sobretudo nesse momento em que está prestes a concluir o curso de Psicologia, e lhe ocorrem novas perspectivas de pensar a política, a partir de um viés subjetivo, em que poderia reler suas próprias experiências enquanto mulher e negra. Quando começou a participar do OP, trabalhava como faxineira, doméstica e doceira, tendo que sustentar as duas filhas depois da separação. O suporte adquirido no âmbito da democracia participativa proporcionou-lhe a circulação por diversas esferas da política, o que lhe abriu um novo horizonte de possibilidades que a conduziram, inclusive, à universidade, um percurso no sentido inverso às trajetórias convencionais.

Do futebol de várzea para a política comunitária

A primeira versão acerca do itinerário de Amauri me foi contada por Paulo Guarnieri, um experimentado militante de esquerda que já foi líder estudantil, filiado ao PDT (ligado ao “prestismo”, uma facção que homenageava o líder comunista Luís Carlos Prestes) e mais tarde convertido ao petismo. Chefe de gabinete do presidente da Câmara de Porto Alegre à época das entrevistas, Guarnieri foi conselheiro da Região Centro (em 1991 como titular; em 1990 e 2001 como suplente) ainda quando era ligado ao PDT. Uma de suas incumbências como militante do partido, sobretudo das organizações ligadas à luta pela moradia, era recrutar e formar lideranças. Foi com essa expectativa que ele se dirigira à Vila Planetário, um aglomerado de casebres situado num bairro de classe média, bem próximo ao centro da cidade. Segundo Guarnieri, na Vila Planetário havia três modalidades de organizações coletivas relativamente bem delineadas. Uma delas, integrada basicamente por mulheres e tutorada por uma freira, mobilizava-se em torno da creche comunitária; um segundo grupo era articulado pelo tráfico de drogas; e

um terceiro, também masculino, em torno do time de futebol local.

O descrédito em relação aos políticos na Vila Planetário não diferia de outras comunidades carentes, fartas de promessas irrealizadas, entretanto havia um agravante: o ex-presidente da associação de moradores fugira com os recursos que deveriam ser destinados à conclusão da creche, o que minara de vez a crença nos líderes políticos. Especializado em recrutar e formar lideranças comunitárias, Guarnieri não descartou nenhuma possibilidade, à exceção dos traficantes, porém investiu suas fichas no pessoal do futebol, sem grandes expectativas. Jara, o dono do time, um serralheiro que desfrutava de boa reputação entre todos os moradores, fora seu primeiro aliado, contudo a falta de ambição política que o caracterizava constituía-se num empecilho para as pretensões de Guarnieri. Acompanhando de perto a dinâmica do futebol, Guarnieri notou que Amauri, o capitão do time de Jara, tinha potencial, e dada a carência de opções, apostou nele suas fichas.

Como no caso de Chiquinho dos Anjos, a família de Amauri migrou do interior para a capital. Nesse caso, a família fez uma escala em Sapiranga, município da grande Porto Alegre que entre o final dos anos de 1970 e início de 1980 viu florescer a indústria calçadista. O segundo numa família de sete irmãos, foi o próprio Amauri quem teve a iniciativa de deixar Candelária, a pequena cidade da região central do estado onde viviam precariamente cultivando terras arrendadas. Desdenhado pelo serviço militar sob a alegação de um problema físico – embora ele acredite ter sido vítima de racismo –, Amauri partiu para Sapiranga em busca de emprego a partir da propaganda feita por agenciadores na região. Uma vez empregado, conseguiu vaga para dois outros irmãos, e o pai (Seu Luís), antes resistente à migração, acabou cedendo e mudando-se com toda a família para Sapiranga. Na crença de que a capital oferecia melhores oportunidades, e contrariando a posição de Amauri, o pai decidiu mudar-se com a família alguns anos depois.

Seu Luís descobriu, por indicação de terceiros, que havia terrenos disponíveis na Vila Planetário, conquanto fossem alagadiços. Ele pagou um carroceiro da própria vila para que transportasse entulhos até a parte do banhado que desejava ver aterrada, e mandou vir de Sapiranga o material para a construção. A casa tinha uma frente que funcionava como mercearia e, como o negócio prosperou, sucessivas reformas ampliaram a residência, tornando-a bem diferente das demais, o que haveria de ser um problema à época da reurbanização da Planetário. Uma desilusão amorosa fez com que Amauri também deixasse Sapiranga e se juntasse à família tempos depois, tendo então se tornado cobrador de ônibus. Amauri também voltou a estudar, à noite, num colégio público, até concluir o ensino médio.

Tendo o *status* de empregado com carteira assinada, o que para os padrões da Planetário era (e ainda é) um diferencial, diploma de segundo grau e boa reputação entre os moradores, seja pela *performance* esportiva ou pelos favores que a família realizava, Amauri efetivamente dispunha dos atributos que Guarnieri estava procurando em um líder capaz de articular o movimento de luta pela moradia no local. Todavia, Amauri jamais tinha se envolvido em política. Dispunha, inclusive, de um arsenal de frases feitas, todas desabonadoras, prontas para serem dirigidas aos candidatos que aparecessem no local em época de eleições. A politização de Amauri, citado por Angélica como uma espécie de exemplo de emancipação pela luta política, ocorre paralelamente à reurbanização da Planetário descrita na seqüência. Ele se orgulha, entre outras coisas, pelo fato de ter participado ativamente das discussões sobre o plano diretor da cidade, sabendo detalhes acerca do traçado das grandes perimetrais. Uma de suas realizações que mais orgulha Amauri durante sua gestão como conselheiro do OP foi a construção de uma ponte sobre a Avenida Ipiranga, em local relativamente distante da sua comunidade

de origem. O que parece um gesto anacrônico quando comparado ao tipo atual de demanda encaminhada pela Região Centro, em que predominam os interesses corporativos de comunidades e associações com forte representação no FROP, à época era um procedimento freqüente. Embora tenha se formado em Geografia, e esteja ansioso para viajar pelo mundo, Amauri se diz vítima de perseguição política quando ocorreu a mudança na gestão municipal de 2004 – momento em que o PT perdera as eleições para a prefeitura. Ele é concursado como motorista de caminhão na prefeitura, porém nos tempos em que João Verle tornou-se prefeito¹⁸, assumiu um cargo comissionado, como assessor comunitário no DEMHAB. Com a saída do PT da prefeitura, Amauri foi posto em “disponibilidade”, ocasião em que solicitou afastamento para trabalhar como professor de Geografia no litoral catarinense. Quando este texto foi encerrado, Amauri havia retornado a Porto Alegre e à prefeitura, não como motorista, antes como assessor comunitário no DMLU.

O OP como espaço de experimentação

A democracia participativa, ao menos como enunciada teoricamente, pretende-se inclusiva, o que não implica que apenas pessoas ligadas aos estratos menos favorecidos devam integrar-se a ela. Ao contrário, a expectativa é que as diferenças não se transformem em obstáculos, antes numa possibilidade de exercício da alteridade. Se o OP viesse a ser tão somente um espaço de discussão das demandas pontuais – daquelas atinentes a uma rua, creche ou vila, que são próprias às comunidades carentes –, a ponto de se tornar um espaço de interesse exclusivo dos pobres, certamente perderia muito em relação àquilo que já representara no passado recente. Quando Angélica e Amauri foram conselheiros do OP (1993/1994 e 2000, respectivamente), havia um consenso entre as principais lideranças da região segundo o qual os representantes no COP seriam escolhidos de maneira tal que pudesse haver um equilíbrio entre os representantes de vilas populares e os de bairros de classe média¹⁹. Angélica e Seu Hervê constituíram uma dupla afinada na origem desse consenso (em 1993, aproximadamente), ela como primeira titular e ele como segundo. Recuperar o itinerário de Seu Hervê – e de Zabaleta, outro representante “de bairro”, segundo a categoria êmica – é importante na medida em que permite explicitar as mudanças no processo, uma vez que, atualmente, às vésperas do OP completar duas décadas, desintegrou-se o consenso em torno da representação colegiada “bairro-vila” (um recorte de classe, pois poderia ser reconvertido em classe média/classe popular), em favor dos acordos entre facções.

Seu Hervê é um engenheiro aposentado pela Petrobrás, cujo padrão de vida está bem acima da maioria das pessoas que freqüentam o OP. Para ele, o OP foi algo que surgiu na sua trajetória de forma inusitada, uma vez que jamais se interessara por política. Ávido leitor de Rajneesh Chandra Mohan Jain, o Osho²⁰, a ponto de ter dúvidas acerca da autoria de muitas das convicções que expressa – como a centralidade da afetividade na mediação das relações humanas –, Seu Hervê afirma que tudo começou tão logo ele retornara a Porto Alegre, depois de residir muitos anos na Bahia. A família adquiriu uma casa – que Angélica chama de “mansão” – de frente para um parque situado num bairro de classe média, mas que também é muito freqüentado por moradores de vilas populares em razão do campo de futebol. Numa de suas caminhadas profiláticas no entorno do parque, Seu Hervê teria parado para assistir a uma partida de bocha, e fora convidado a juntar-se ao grupo de homens aposentados. Tendo como meta a abertura às novas possibilidades que a vida apresenta desde que passou por

uma experiência de reconfiguração subjetiva na meia idade, como ele gosta de enfatizar, juntou-se ao grupo da bocha, conquanto aquilo não lhe parecesse propriamente uma possibilidade de crescimento pessoal. Como jamais havia praticado tal esporte, sua *performance*, no início, foi risível. Motivado pelos novos desafios – havia realizado um curso preparatório para a aposentadoria que o conduzira a essa perspectiva –, integrara-se ao grupo e tornara-se um praticante assíduo, a ponto de vencer um torneio um ano depois.

Alçado à presidência do clube de bocha, Seu Hervê solicitara na prefeitura alguns reparos na cancha. Foi informado de que sua demanda deveria ser formulada através do OP, e indicaram-lhe o local das reuniões. Ao seguir tais orientações, foi ao encontro de algo inusitado, e o estranhamento foi evidente. Em primeiro lugar, quem freqüentava o OP eram, basicamente, pessoas de vila, em relação às quais ele tinha preconceito. Em segundo lugar, o léxico que norteava os embates nas reuniões do FROP era tão especializado que Seu Hervê compreendeu quase nada do que estava acontecendo. “Os caras falavam em questão de ordem. Eu nunca tinha ouvido aquilo, não sabia do que se tratava! Eu queria falar, mas eles não me deixavam. Aí eu pedi uma ‘questão de ordem’, só que quando comecei a falar disseram que não era ‘questão de ordem’!”

A abertura de Seu Hervê certamente contribuiu para que ele retornasse outras vezes ao FROP, e aos poucos foi se integrando à dinâmica participativa. Passou a freqüentar as vilas, perdeu o medo e o preconceito dos pobres e, conforme ressalta, deu-se conta de que poderiam atuar em conjunto, conquanto as “demandas deles” fossem por casa, água encanada, esgoto e outros temas afins, e ele estivesse tratando de “constituir um espaço para o lazer e a sociabilidade dos idosos e das crianças”. “Eu fui pedir a reforma da cancha de bochas e ganhei um ginásio de esportes”, orgulha-se ele, entre risos. “Foram 700 reuniões ao longo de três anos e meio; 1.400 horas em reuniões”, prossegue Seu Hervê, atualmente afastado do OP, mas ativo militante da Associação dos Amigos do Parque Araribóia, a qual ajudou a fundar, e um guru da “terceira idade”, especialmente entre as senhoras. “Conseguimos a iluminação do campo, a cancha de bocha, tudo o que precisávamos, e ainda ajudamos outras vilas a conquistar suas demandas.”

A descoberta de uma outra cidade

A acolhida de Pedro Zabaleta no OP foi próxima, sob muitos aspectos, daquela de Seu Hervê. Zabaleta é um próspero microempresário, referido no FROP Centro como representante de “bairro”, por uns, “da classe média”, por outros, e “da burguesia”, por Chiquinho dos Anjos. Incitado a reconstituir sua primeira experiência no FROP, Zabaleta destaca muitos elementos também referidos por Seu Hervê: o estranhamento em relação ao público preponderantemente popular, o léxico especializado, a intensidade dos embates e um tipo de problemática com o qual ambos não estavam familiarizados.

Zabaleta foi ao FROP a partir de uma questão bastante pontual. Uma de suas lojas situava-se no bairro Azenha, um centro popular de compras que passou por maus momentos com a edificação de vários shoppings centers ao longo dos anos de 1990. Os comerciantes da Azenha articularam-se numa associação (chamada de Nova Azenha) na tentativa de encontrar alternativas para o comércio de bairro, e resistir à boataria de que a prefeitura tinha um projeto de mudar a circulação dos ônibus, o que acarretaria na diminuição do fluxo de populares na Azenha e a conseqüente falência de muitos lojistas. Originalmente, Zabaleta percebera na Nova

Azenha uma possibilidade de conhecer outros empresários e integrar-se à vida da cidade, uma vez que ele não é porto-alegrense de nascimento e havia passado muitos anos fora de Porto Alegre após ter concluído seus estudos como analista de sistemas. Orientado a freqüentar o OP, tal qual Seu Hervê, Zabaleta dirigiu-se com outro lojista ao FROP da Região Centro, ao qual o bairro Azenha pertence. Tal qual seu Hervê, ele entendeu mal o que estava acontecendo na reunião, exceto as insinuações de Chiquinho (que à época ainda se chamava “das Placas”) de que “havia burgueses na sala, gente interessada em tirar as verbas dos pobres”. Zabaleta quis intervir para dizer que não estavam ali com tais intenções, entretanto como não estavam inscritos e não se tratava de “questão de ordem”, foram silenciados – “tivemos que agüentar no osso”, lembra-se ele.

Todavia, o batismo de fogo não espantou Zabaleta, antes ao contrário. “Era um mundo completamente novo”, afirma Zabaleta, “de uma variedade espetacular, com correntes políticas muito diversas [...]. Eu era verde, nunca tinha participado de algo assim [...]. Descobri que havia uma cidade que eu não conhecia, uma complexidade maior do que imaginava, e eu tinha muito para aprender. Também me encantou o domínio que alguns líderes populares tinham das questões.” Ele cita, entre outros, Angélica e Chiquinho como os líderes mais influentes, tendo ele próprio posteriormente se tornado amigo deste último. Com perseverança, Zabaleta fez ver que era importante, além de demandar moradia, as lideranças se preocuparem com a geração de emprego e renda, e foi por conta disso que granjeou a simpatia dos que moravam em vilas. Ele chegou a ser conselheiro, na gestão 2001/2, tendo se afastado por questões de ordem pessoal.

Tanto Seu Hervê como Zabaleta tiveram uma passagem pelo OP motivada, em parte, por questões pragmáticas, relativas às associações as quais representavam, mas, de outra parte, ambos demonstram um senso de abertura para a interação com a diferença. Não menos importante é notar que ambos eram *outsiders* na cidade, um deles vindo de Salvador, já aposentado, e o outro de Caxias do Sul, com o objetivo de se inserir no comércio local. Em virtude de terem suas urgências atendidas (caso de Seu Hervê), ou de perceberem que não as teriam jamais (caso de Zabaleta), aliado ao fato de que não tinham até então um envolvimento com a política (movimento estudantil, sindical, partidário etc.), ambos afastaram-se do OP. Tanto um quanto o outro enfatizam a riqueza das suas experiências e continuam envolvidos com as respectivas comunidades de interesse – o primeiro com a administração do Parque Ararigbóia e o segundo com a Nova Azenha.

Observando-se a atuação de vários conselheiros do OP, é possível perceber que, em meio à diversidade de ideologias, interesses e trajetórias existem certas experiências compartilhadas. Procurei restituir aqui parte dessa diversidade, descrevendo a trajetória de alguns conselheiros destacados pelos próprios pares como influentes à época em que atuaram. Todos eles, à exceção de Paulo Guarnieri – que aqui figura mais como um informante privilegiado, dada sua longa experiência no recrutamento e formação de militantes –, chegaram ao OP com escasso domínio da política, e em quase todos os casos, com certo preconceito. É certo que estamos tratando do OP, portanto da democracia participativa, um tipo peculiar no espectro das democracias vigentes, mas nem por isso estamos fora do campo da política. Para além da diversidade de trajetórias e, nesse sentido, de significados para o engajamento, privilegiei aqueles casos que se encaixavam melhor nas categorias usadas pelos próprios participantes do OP como sendo ordenadoras de suas atuações. É o caso dos conselheiros de origem popular (como Chiquinho, Angélica, Amauri e tantos outros cuja trajetória não pode ser aqui explorada) cuja adesão ao OP está marcada pela urgência em relação a determinadas demandas coletivas de suas comunidades de origem. O que a trajetória desses líderes evidencia, em primeiro plano, é o fato de que eles não aderiram à política por

diletantismo; foram antes envolvidos por ela. Todavia, seguiram rumos distintos. Tal é o caso de Angélica, que procurou, por conta própria, filiar-se ao PT, e assim abriu um novo leque de possibilidades de atuação, fazendo a transição, condenada aos olhos de outros líderes, da política comunitária para a política de Estado, atuando em espaços consagrados como é o caso das assessorias parlamentares ou administrativas. Isso lhe garante certo prestígio, mas também contestação, como está claro a partir do rótulo de “adesivada” que lhe imprime Chiquinho, cujo flerte com políticos convencionais é constante sem jamais devotar-lhes confiança integral. Uma segunda marcação importante que procurei acentuar tem a ver com o recorte de classe, algo tenso no interior do OP, em particular no FROP Centro, dadas as especificidades socioeconômicas da região. Em certo momento, criou-se um ambiente favorável à participação de pessoas de classes médias e médias-altas, baseado na crença de que a democracia participativa não é uma democracia menor, para os pobres ou aliados da política convencional. Esse entendimento foi disseminado a partir dos próprios idealizadores do OP – pessoas ligadas à esquerda, na maior parte ao PT –, que convenceram certos líderes populares à realização de “parcerias com a pequena burguesia”, afinal era imperioso afastar do OP o rótulo de “reunião de pobre” ou de “esquerdista”. No entanto, a presença desses agentes foi e continua sendo marcada pela tensão, conquanto eles sejam cada vez mais raros. A presença deles seguidamente intimida os líderes populares, sobretudo no que concerne ao domínio da burocracia e da retórica. Esse tipo de tensão é importante de ser captado na medida em que explicita a negociação, que aqui não é apenas de recursos, mas também de identidades. Quando Chiquinho indagou Zabaleta – “quem é você e o que está fazendo aqui?”, ou algo próximo a isso, segundo relato deste – acerca de suas pretensões, estava explicitando de modo performático uma dada ordem de significados do que seja o OP, a democracia, a política, os recursos públicos e assim por diante. Tal tipo de marcação das diferenças tensiona os próprios fundamentos da democracia participativa, que se pretende uma democracia mais aberta, radical, inclusiva e transparente. Ela não sobrevive, a não ser enquanto um arremedo, sem a negociação das identidades, o que pressupõe a acomodação das diferenças por critérios que não se limitem à frieza do voto. Não é de estranhar, pois, que boa parte do tempo das reuniões, sobretudo nos FROPs, seja gasto com discussões acaloradas que tangenciam a questão do orçamento propriamente dito.

DA VILA AO CONDOMÍNIO

A luta pela moradia, que de resto não é uma luta qualquer, marca a experiência dos líderes populares da Região Centro, e o faz objetiva e subjetivamente. A conquista da Vila Planetário, tomada como referência neste texto, foi um processo que espelha muitas faces do que ocorrera e ainda ocorre em outras comunidades, seja pela complexidade objetiva ou pela dramaticidade subjetiva das experiências vividas. A conquista da Vila Jardim Planetário, tomada aqui como um caso paradigmático da luta bem-sucedida, também permite acompanhar o itinerário de Amauri, já referido anteriormente. O processo de formação de lideranças populares como Amauri revela que as predisposições para a política não são algo restrito ao dom, a uma vocação misteriosa ou algo equivalente. A maneira como se fazem os líderes populares, especialmente no espectro do OP, tem certas particularidades, e uma delas tem a ver com o fato de que a própria invenção do sujeito militante é feita no decurso do processo, por vezes motivada por uma urgência pontual e não raro sem que se disponha de muitos

dos capitais tidos como indispensáveis ao exercício da atividade política.

A conquista da “casa própria” não traz apenas melhorias materiais à população de baixa renda. Quando acompanhada da reurbanização do entorno passa a ser também uma forma para escapar ao estigma de “vileiro”. O quadro a seguir mostra que, à transformação do espaço físico, corresponde uma mudança de *status* com profundas implicações na ordem do simbólico, visto que toca na identidade desses agentes. Não por acaso, concomitantemente à reurbanização, procura-se suprimir a designação de “vila” do núcleo residencial.

Nome de origem	Razão de ser	Nome atual	Justificativa
Vila das Placas	Os casebres eram construídos com restos de material de construção, incluindo-se tapumes e placas publicitárias	Condomínio dos Anjos 60 apartamentos	Em razão da grande quantidade de crianças, tratadas eufemisticamente como “anjinhos” pelos próprios moradores
Vila dos Papeleiros	Comunidade formada, basicamente, por catadores de papel	Condomínio Santa Terezinha 213 casas (um ou dois andares)	Nome votado pelos moradores, em homenagem às freiras católicas da Paróquia Santa Terezinha, que desenvolviam trabalho assistencial com as famílias dos papeleiros
Vila Lupicínio Rodrigues	Situada na antiga Ilhota, o nome é uma referência a um dos maiores sambistas brasileiros, nascido e criado nas cercanias da antiga colônia de negros libertos	Condomínio Lupicínio Rodrigues 82 casas (um ou dois andares)	Como Lupicínio Rodrigues é uma referência poética nacional, altamente positiva, não haveria razão para trocar o nome
Vila Zero Hora e Vila Terminal da Azenha	Zero Hora por situar-se ao lado do edifício sede da empresa proprietária do jornal homônimo, e Terminal Azenha por situar-se nos fundos desse terminal de ônibus	Condomínio Princesa Isabel 230 apartamentos	O edifício ladeia a Avenida Princesa Isabel, considerada oficialmente como a responsável pela libertação dos escravos – o nome foi escolhido em votação

Vila Planetário	Por situar-se ao lado do Planetário, um observatório-museu de astrofísica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Jardim Planetário 91 casas (um ou dois andares)	O Planetário continua sendo uma referência positiva
-----------------	--	--	---

Chiquinho dos Anjos, talvez o mais controverso conselheiro da Região Centro, é um caso paradigmático do esforço empreendido para se livrar do estigma de vileiro. Na primeira ocasião em que estive pesquisando o FROP Centro, em 2002, Chiquinho ainda era chamado, alternadamente, de “das Placas” e “dos Anjos”. O condomínio havia sido concluído em 2001, e ele já assinava as atas das reuniões como “Chiquinho dos Anjos”, ocupando um espaço generoso, bem acima e bem abaixo da linha que lhe era destinada. Entretanto, havia sempre alguém que o chamasse de “Chiquinho das Placas”, por lapso ou deleite, ao que ele reagia com indignação. Antes de ser um fato isolado e anedótico, a substituição de “vila” por “condomínio” visa afirmar uma nova identidade, individual e coletiva. Condomínio, no sentido estrito do termo, significa “com o domínio de”, “com a posse de”, muito embora os moradores não disponham da propriedade legal do imóvel, antes o direito de ocupação²¹. De outra parte, a mudança implica uma reconfiguração do *status*, um certo aburguesamento, ao menos na percepção dos moradores. O próprio Chiquinho dos Anjos seguidamente faz menção aos desdobramentos da mudança de nome: “Se você chega num lugar e diz que mora num condomínio, já sai empregado. Antes era muito complicado. Ninguém vai querer dar emprego para um vileiro, tu não tem nem um documento para comprovar o endereço!”. Outro líder importante da Região Centro, conquanto não tenha jamais sido conselheiro, Seu Antônio Papeleiro, um dos responsáveis pela mobilização da vila homônima na ocasião da reurbanização, repetiu inúmeras vezes, por ocasião das festividades de inauguração do Condomínio Santa Terezinha, que estavam se “mudando para o céu, depois de ter saído do inferno e de ter passado pelo purgatório”²².

A luta pela terra no espaço urbano

A reurbanização da Vila Planetário é entendida pelos líderes populares da Região Centro como um evento singular, um marco na luta pela moradia. A propósito, essa região do OP não foi escolhida para ser investigada ao acaso, mas em razão de várias particularidades, dentre as quais se destaca a contradição entre os indicadores sociais do conjunto dos habitantes da região e aqueles relativos aos frequentadores do FROP. Além de ser a mais populosa das dezessete subdivisões do OP, a Região Centro é aquela que apresenta a melhor média dos indicadores sociais e econômicos, uma vez que inclui parte expressiva dos bairros porto-alegrenses de classes média e média-alta. Trata-se de um conjunto de doze bairros que circunscrevem o centro da cidade e concentram em torno de 22% da população da capital (estimada em 1,42 milhão de habitantes). De acordo com levantamento do Observa POA²³, o rendimento familiar médio na cidade é de 9,9 salários mínimos, enquanto na Região Centro chega a 16,8 salários (69,7% maior)²⁴.

A partir desses dados, poder-se-ia supor que nessa Região o OP seja freqüentado por um grande contingente de cidadãos das classes média e média-alta. No entanto, basta presenciar uma única reunião do FROP, realizadas todas as quartas-feiras no Mercado Público, para constatar o inverso. Lá estarão reunidos os representantes de entidades ligadas ao próprio centro da cidade (como camelôs, feirantes, moradores de rua, entre outros) ou à região (associações de vilas, bairros, parques, creches etc.), destacando-se ente os presentes catadores de papel, biscateiros, camelôs, domésticas, comerciários, funcionários públicos não-especializados, trabalhadores informais e assim por diante. Ocorre que, enquanto os bairros da Região Centro do OP, no seu conjunto, contrastam positivamente com as demais regiões da cidade, configurando um padrão de vida compatível com as cidades européias, determinados núcleos residenciais no interior desses bairros destacam-se negativamente em relação ao conjunto. Como são os moradores das vilas os principais freqüentadores do FROP, a demanda por habitação tem sido priorizada ao longo de quase duas décadas.

Embora seja a segunda região do OP com menor índice de déficit habitacional – menos de 2% da população do centro habita vilas irregulares²⁵ –, a baixa renda dessas famílias, conjugada à irregularidade e/ou precariedade das moradias, coloca-os em situação dramática, sob a ameaça de execuções judiciais ou de políticas higienistas do poder público que, cedo ou tarde, tende a fazer cumprir o desígnio do qual os pobres têm consciência: de que o lugar deles é na periferia da cidade. Mesmo que o deslocamento para os bairros periféricos possa vir a ser acompanhado de certas vantagens, como a concessão de uma casa ou apartamento popular, implica necessariamente perdas consideráveis sob outros aspectos, como o distanciamento em relação à rede de serviços oferecida pelo Estado (escolas, hospitais, transporte, segurança, lazer etc.) e, em muitos casos, a perda da ocupação – tal é o caso dos catadores de papel, guardadores de carros, biscateiros e assim por diante.

Resistir às políticas públicas cumpridoras do desígnio higienista não é tarefa fácil. O deslocamento das populações de baixa renda para a periferia das grandes cidades é uma estratégia governamental que transcende Porto Alegre e o Brasil, entretanto tem aqui suas peculiaridades. Porto Alegre constituiu-se como metrópole ao longo do século XX, tendo saltado de aproximadamente 70 mil habitantes em 1900, para 1,13 milhão na década de 1970, até chegar a 1,42 milhão em 2006. A explosão demográfica ocorreu especialmente entre 1940 e 1980, período ao qual corresponde uma migração muito acentuada do campo para a cidade²⁶. Famílias inteiras, como as de Amauri e Chiquinho, vítimas da má distribuição da terra no campo, migraram para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida²⁷.

Quando Porto Alegre ainda era uma cidade de médio porte, no início do século XX, uma de suas periferias era constituída pela Ilhota, área alagadiça pelo arroio Dilúvio na divisa dos atuais bairros Azenha, Cidade Baixa e Menino Deus. Em razão disso, a Ilhota era pouco valorizada, e nela concentrou-se boa parte da população carente da cidade, enquanto as classes mais abastadas refugiaram-se nos pontos mais elevados, ao abrigo das cheias – em bairros como Moinhos de Vento, Independência, Petrópolis, Mont’Serrat, entre outros. O plano de canalização do Dilúvio, concluído na década de 1970, incluiu a construção de uma das principais avenidas de Porto Alegre, além de servir como pretexto para a higienização social da região central, deslocando para a periferia boa parte da população da Ilhota, diretamente atingida pelo mega-projeto. Com a finalidade de abrigar essa população, foi criado um conglomerado de loteamentos, aos quais somaram-se outros, irregulares, e o conjunto tornou-se um bairro, chamado Restinga, com mais de cinqüenta mil habitantes, localizado a quarenta quilômetros do centro – outra cidade, praticamente²⁸.

Parte da população desalojada pela canalização do Dilúvio resistiu, ocupando pequenos terrenos baldios, em áreas públicas ou privadas, alguns deles surgidos a partir do aterro do antigo leito do rio que serpenteava a Ilhota. Assim sendo, surgiram pequenas vilas, ao logo de vários pontos da extensão da Avenida Ipiranga (como a Planetário, de Amauri; a Renascença, de Angélica; e a Vila das Placas, de Chiquinho, entre outras). Novas vilas se formaram a partir da vinda de famílias do interior ou da periferia da cidade, a maioria delas integradas por catadores de papel, guardadores de carros, biscateiros e pedintes, para os quais a proximidade com o centro da cidade é o último refúgio de sobrevivência. Moradores como os da Vila Cai-Cai, localizada às margens do Rio Guaíba, não tiveram muita escolha a não ser aderir ao projeto de reassentamento, sendo transferidos para um bairro distante do centro²⁹. Não obstante, os da Vila Planetário resistiram.

Agência e bricolagem

Bricolagem é um conceito de uso alargado no espectro da antropologia, tendo sido inicialmente forjado por Lévi-Strauss (1997) para dar conta da maneira como as culturas tradicionais se colocam diante do mundo, procurando adequar-se às possibilidades que este oferece. De Certeau (1994) apropriou-se desse conceito a fim de compreender a dinâmica dos grupos populares em relação à dificuldade de acesso aos bens materiais que a sociedade capitalista oferece. Raramente dispendo dos meios necessários à aquisição dos bens mais cobiçados, os pobres encontram alternativas criativas, reordenando os significados e adequando-se, por mil e um subterfúgios, às demandas do consumismo. De Certeau, assim como Sahlins (1997b) e tantos outros, não encontram nas estratégias das classes à margem do capitalismo uma justificativa para as desigualdades que esse sistema engendra. O que eles fazem, e isso me parece interessante de ser apropriado, é destacar o incorformismo, a criatividade, a iniciativa, enfim, a agência desses grupos marginalizados economicamente.

Tanto a ocupação que deu origem à Vila Planetário quanto a luta desencadeada pelos moradores contra a remoção para a periferia oferecem-se como casos paradigmáticos, não para pensar as estratégias de inclusão no mundo das mercadorias, mas da cidadania e, por extensão, o acesso a um direito fundamental que é a moradia digna. Como dito anteriormente, dentre todos os processos de reurbanização da Região Centro, o da Vila Planetário foi certamente o mais complexo dado o pioneirismo, o contencioso jurídico, os desdobramentos eleitorais e, sobretudo, a mobilização dos moradores.

A área na qual se localizava quase uma centena de casebres da Vila Planetário – cuja designação tem a ver com um museu-observatório da universidade federal, situado nas imediações – fora considerada, pelos próprios moradores, como propriedade pública. Esta era a única explicação para o fato de terem permanecido por longo tempo sem serem molestados por ordens de despejo, afinal a vila estava localizada em área nobre. Segundo Paulo Guarnieri, à época ativo dirigente da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA)³⁰, a entidade decidiu mobilizar todas as vilas da região centro para pressionar a Administração Popular, eleita em 1988 com uma plataforma muito progressista nessa área. Em que pesem os discursos e, supostamente, a efetiva disposição do PT, a UAMPA sabia que sem pressão popular havia remotas possibilidades de uma mudança de perspectiva em relação à regularização fundiária, à urbanização e à redução do déficit habitacional. A atuação da entidade no episódio da Planetário ainda é motivo de controvérsia duas décadas depois, uma vez que enquanto há quem afirme que ela foi decisiva na mobilização, há quem sustente, à boca pequena, que seus dirigentes – ligados ao PDT – teriam trabalhando na direção oposta, visando boicotar a reurbanização da Vila e, por extensão,

a administração de Olívio Dutra (PT), eleito em 1988, justamente em substituição ao PDT.

Na opinião de várias lideranças que tiveram atuação destacada na época, é consenso que, se dependesse apenas do prefeito Olívio Dutra (1989-1992), não haveria problemas com a reurbanização da Planetário. Em primeiro lugar, a gestão de Olívio sofrera um desgaste muito grande nos primeiros anos e era imperioso remediá-lo. A expectativa da população e dos próprios militantes era quase messiânica na campanha de 1988, entretanto a falta de experiência administrativa, os entraves legais e a escassez de recursos corroíam rapidamente a credibilidade da esquerda no poder. Era preciso apresentar uma obra, sinalizar aos porto-alegrenses que o PT e seus aliados eram capazes de melhorar a cidade e não apenas de criticar os outros políticos. Como a Vila Planetário situava-se às margens de uma das principais avenidas da cidade, haveria vantagens evidentes para a gestão petista. Além de higienizar e embelezar aquela área, uma das exigências dos moradores do entorno (na medida em que a Planetário está inserida num bairro de classe média), a construção de habitações para a população de baixa renda sinalizaria claramente que a opção de governar para os trabalhadores não era apenas retórica de campanha. Em segundo lugar, a Planetário poderia ser a resposta do governo Olívio diante da pressão exercida pelos movimentos sociais, sobretudo aqueles ligados à luta pela moradia, em grande parte tutelados pelo PDT, que exigiam o cumprimento das promessas de campanha. Em terceiro lugar, se a Planetário fosse uma demanda legitimada pelo OP, que à época praticamente engatinhava, esse dispositivo seria fortalecido, o que àquela altura era providencial. Enfim, havia uma disputa acirrada do PT com o PDT pela sedução das lideranças comunitárias, e uma obra da envergadura da Planetário seria (e efetivamente foi) decisiva para as pretensões petistas.

Depois da reurbanização da Planetário ter se tornado um consenso entre os delegados e conselheiros do OP do Centro, com o apoio da UAMPA, coube à prefeitura apresentar um projeto. De início, os moradores sequer acreditaram que, em tão pouco tempo, e pelas mãos da prefeitura, seriam contemplados com novas residências, ali mesmo, num local próximo ao centro. Todavia nem todos os moradores aprovaram o projeto da prefeitura, ameaçando o cronograma de obras que estava ajustado ao calendário eleitoral. Qualquer entrave jurídico retardaria a obra, o que implicava riscos tanto para a gestão petista – que não teria como exibi-la aos porto-alegrenses – quanto aos moradores – uma vez que outro gestor público poderia ter entendimento contrário à reurbanização. A mãe de Amauri, por exemplo, possuía uma casa e um terreno bem acima dos padrões locais, e para ela a nova Planetário implicava perdas significativas. Como Dona Maria coabitava apenas com o padrasto de Amauri, pela classificação do DEMHAB cabia-lhe uma casa minúscula, com quatro peças. Ela se desesperou, afinal havia investido todas as suas economias na ampliação da casa, cuja frente era usada como armazém. No projeto original, o pequeno comércio local não era contemplado e Dona Maria perderia sua fonte de renda. Em situação pouco confortável, Amauri teve que mediar a negociação, fazendo crer à mãe que a solidariedade para com os demais moradores era um gesto mais valioso do que os prejuízos econômicos. Ao mesmo tempo, teve de convencer o DEMHAB de que seria preciso fazer algumas concessões para atender à diversidade de expectativas dos moradores.

Jair, outro morador que se julgava prejudicado, foi mais intransigente e entrou na justiça, truncando o início das obras. A prefeitura havia assumido compromissos com a comunidade, contudo era preciso que os moradores fizessem a sua parte, que entrassem em acordo, produzissem um consenso ou, como diria o próprio Olívio Dutra, “aparassem as arestas”. Jair estava irredutível e Amauri tentou uma última estratégia. No domingo, durante o ritual que antecedeu a entrada em campo do time da Planetário para um jogo contra outra vila da Região Centro, Amauri tirou um coelho da cartola. Como capitão do time, foi o primeiro a falar no ritual de mobilização,

e sugeriu que na vida, assim como no futebol, era preciso haver cooperação e solidariedade entre os indivíduos para que o coletivo saísse vitorioso. Pode ser um argumento simples, mas foi o que ocorreu a Amauri naquela circunstância. Ao lembrar do episódio, Amauri recorda o quão incerto estava acerca da estratégia, do tom ameno com que conduziu sua fala e do caráter sugestivo, ao invés de taxativo, dos seus argumentos. Ele arrastou a argüição até invocar a noção de sacrifício, um valor moral esportivo dos mais importantes. Esperava sensibilizar Jair, seu companheiro de equipe, para que este se abrisse novamente ao diálogo. Para sua surpresa, os demais companheiros de equipe, todos moradores da Planetário, pronunciaram-se na mesma perspectiva: “Jair, pensa bem, nós somos uma família – teria dito um dos jogadores –, nós vamos ganhar da Vila Cachorro Sentado e vamos voltar para casa e comer um churrasco. Se tu tirar o processo, tu vai perder um pouco, mas todos nós vamos ganhar. Então tu vai ajudar todo mundo.” “Ali eu senti que aquilo ia fazer efeito”, recorda Amauri. “Não tinha como ele recuar. Eram os colegas de time, de churrasco, de festa, moradores da vila; ia ficar muito mal se ele continuasse insistindo com a ação na justiça”.

No dia seguinte, Jair foi procurar Amauri, e juntos dirigiram-se até a assessoria jurídica da prefeitura, para que fosse providenciada a suspensão da ação. Com as “arestas aparadas” entre os moradores, a prefeitura poderia começar as obras; para tanto era preciso que as casas fossem desocupadas, e em seguida demolidas. O governo ofereceu um abrigo provisório, no entanto os moradores se negaram a sair das cercanias, temendo as ocupações clandestinas. Também havia rumores de que alguns vereadores se preparavam para contestar a obra, alegando que a prefeitura dispunha de extensas áreas na periferia, para onde as famílias da Planetário deveriam ser removidas, enquanto o terreno no qual elas estavam assentadas seria comercializado, rendendo dividendos para a prefeitura. Reassentá-los naquela área seria antieconômico, um desperdício de dinheiro público.

Os movimentos de luta pela moradia sabiam que tais argumentos tinham aceitação na grande mídia, e que se os moradores se afastassem do local, poderiam nunca mais retornar. Além de negociar a construção de moradias provisórias próximas ao local, Amauri teve de suportar a pressão da demolição. “Eram casebres, alguns feitos de tapumes, mas tinham sido construídos com muito esforço; era tudo o que aquelas famílias tinham. Ver a vila ser demolida não foi fácil. Muita gente deixou as casas chorando, porque não tinha certeza do que iria acontecer. As pessoas não confiavam nos políticos, nem eu confiava muito, mas tive que dar apoio, mostrar segurança.” Alguns dos moradores conseguiram comercializar os despojos, mas a maior parte foi doada, já que não tinha valor de mercado. As máquinas começaram a terraplenagem em seguida. Não havia duas semanas desde a demolição e os alicerces das primeiras residências já estavam fixados. O ambiente era de otimismo: moradores de outras vilas freqüentavam a obra, e o pessoal da Planetário fazia planos para o futuro próximo.

Todavia, a obra foi paralisada. Um efeito suspensivo foi expedido pela justiça, atendendo a solicitação do vereador João Dib, que fora prefeito nomeado nos tempos da ditadura militar. Quando souberam do motivo pelo qual os operários paralisaram a obra, os moradores entraram em pânico. Três senhoras idosas desmaiaram, e Amauri ficou perplexo. Ele havia empenhado sua palavra e as pessoas da vila acreditavam nela. Sua reputação havia sido constituída ao longo dos anos, levando doentes ao pronto-socorro (a família possuía um carro), fornecendo “atestado de pobreza”, orientando na confecção de documentos, enfim, ajudando em coisas que não demandassem dinheiro e não envolvessem a política. Quando soube dos desmaios, Amauri sentiu a gravidade da situação. Foi em busca de suporte junto a outras lideranças populares do centro (da UAMPA, da FRACAB, entre outras) e juntos acordaram que apenas a presença de uma autoridade poderia restaurar a confiança dos

moradores.

No dia seguinte, o prefeito Olívio Dutra compareceu ao local. Disse que a prefeitura iria mobilizar seus procuradores e sustar a interdição. Era fundamental, no entanto, que a comunidade mantivesse a calma e permanecesse unida. Na saída, Olívio levou até a prefeitura Amauri, Deoclécio e Jara, dois outros moradores que estavam à frente da organização. Repetiu o que havia dito na Planetário, mas foi muito mais incisivo com as lideranças: era preciso mobilização, visto que sem ela a disputa poderia se arrastar por tempo indeterminado. Isso não seria bom para os moradores, tampouco para o PT.

O vereador João Dib alegava que aquele terreno havia sido doado a uma instituição de deficientes visuais quando ele fora prefeito e, sendo assim, a área não pertencia mais à prefeitura, o que tornava inócuo o decreto do prefeito cedendo a área para os moradores. Enquanto os procuradores da prefeitura trabalhavam para sustar o efeito suspensivo, outra rede de assessores do governo fez os contatos necessários para que os moradores dispusessem das condições mínimas para realizar uma manifestação no centro da cidade. Com um megafone em punho, emprestado pelo Sindicato dos Municipários, uma manifestação partindo da Planetário dirigiu-se à Esquina Democrática, no centro da cidade, um local tradicional de manifestações públicas. Um caixão de João Dib, carregado durante a peregrinação, foi incendiado ao final do evento, o que rendeu fotografias para os jornais do dia seguinte. Um juiz suspendeu a interdição, e outro paralisou novamente as obras. Olívio retornou à Vila a fim de ratificar seus compromissos, porém dessa vez o reinício das obras não foi imediato.

Os dias passavam sem que houvesse perspectivas. O inverno frio e chuvoso tornava a situação periclitante, e os moradores tiveram de recorrer às doações de alimentos e agasalhos. Nesse ínterim, Amauri foi informado pelo líder comunitário do Morro da Cruz, localizado na periferia da cidade, que um sujeito circulara pela região pedindo doações em nome dos moradores da Planetário. Ninguém estava autorizado, respondeu Amauri, e o sujeito em questão era certamente um aproveitador que precisava ser contido. Como? Amauri pensou em recorrer ao programa do então deputado – mais tarde senador – e radialista Sérgio Zambiasi, cuja audiência era generalizada entre as classes populares³¹. Teve uma segunda idéia, de acordo com a qual poderia aproveitar a ocasião para divulgar uma grande reunião de mobilização com as lideranças comunitárias de toda a cidade. Outros líderes mais influentes, com os quais Amauri se aconselhava, convenceram-no de que Zambiasi não tinha simpatia pelos movimentos populares, tampouco pelo PT, e não daria chances de Amauri se manifestar caso este revelasse seus reais interesses em participar do programa.

Na triagem da Rádio Farrroupilha, Amauri contou a história do aproveitador do Morro da Cruz, e convenceu os produtores do programa de Zambiasi. Foram duas longas horas de espera, nesse que seria o momento mais dramático da sua trajetória, já que falar no programa de Zambiasi era algo quase inimaginável até pouco tempo atrás, e na ocasião seria um teste para suas competências como líder popular. Estava prestes a falar numa das rádios de maior audiência da Grande Porto Alegre, convicto de que seria ouvido pelo pessoal da Planetário, que poderiam admirá-lo ainda mais; ou desacreditá-lo, caso sua *performance* fosse ruim. Também seria ouvido por outros líderes comunitários, e se fosse exitoso poderia encontrar o apoio de que necessitava. Sentia-se preparado, mas talvez não o suficiente. Pensou em desistir; porém a situação era grave, ele não podia hesitar: tinha de fazer o que havia combinado com Angélica.

Zambiasi anunciara com o estardalhaço habitual o caso do vigarista do Morro da Cruz e abriu o microfone para Amauri. Como se fosse um político experiente, ele fez um relato da situação dos moradores da Planetário, sem

politizar o episódio. Havia treinado os argumentos mentalmente inúmeras vezes, entretanto precisava dissimular o nervosismo. Depois que começou a falar, e percebeu que não tropeçava nas palavras, sentiu-se seguro, e cada vez mais, conforme a entrevista se estendia. Contou o que sabia sobre o vigarista, e emendou uma convocação para que todos os líderes comunitários de Porto Alegre se fizessem presentes no sábado à tarde para uma reunião de mobilização na Vila Planetário. Quando ocorreu a Zambiasi cortar-lhe a palavra, o recado estava dado. Amauri saiu de lá orgulhoso de si; tinha certeza de que a estratégia fora exitosa. Era esperar para ver.

No sábado, uma centena de pessoas, segundo ele, compareceu à reunião, na maioria lideranças ligadas às associações de moradores que já tinham informações sobre a disputa em questão. Uma nova passeata, dessa vez em direção à Câmara dos Vereadores, foi agendada e os líderes comprometeram-se a trazer dois ou mais representantes de cada uma das associações ali presentes. No dia marcado, eles saíram da Planetário com tantas pessoas mobilizadas que Amauri sequer acreditava. Pelo caminho juntaram-se os moradores da Vila Renascença, da Zero Hora, da Vila Lupicínio Rodrigues, de modo que, quando chegaram à Câmara de Vereadores, Amauri calcula que havia mais de mil pessoas. O vigor da manifestação forçou os vereadores a receber uma comissão de representantes. Dona Luiza, uma senhora gorda e forte, como relata Amauri, estava na comissão. Ao entrar no plenário, foi direto à mesa onde se encontrava o vereador João Dib. Dona Luiza apoiou-se à mesa com uma das mãos, encarando-o de frente. E com a outra esbofeteou o vereador. Os seguranças intervieram; a confusão foi geral. Tudo o que haviam conquistado com a mobilização parecia ter se perdido naquele gesto; compreensível, porém inapropriado³².

Enquanto os moradores tratavam de colocar a Planetário na pauta da política e da mídia, para que a questão não fosse esquecida, outra equipe tratava de encontrar uma alternativa jurídica. Com o suporte de uma ONG, descobriu-se que a associação dos deficientes visuais, a quem João Dib alegava ter doado a área da Planetário, devolvera-a em seguida, sob a alegação de que se tratava de um banhado impróprio para a edificação da escola que eles desejavam. No fim das contas, a área era mesmo da prefeitura e, portanto, o decreto de concessão, com a chancela dos vereadores, era legal. O embargo foi sustado e as obras reiniciadas, dessa vez de forma ininterrupta. A parte da frente foi a primeira a ser concluída, já no período eleitoral, mas a tempo de as casas serem exibidas como um símbolo eloqüente de que o OP não era um assembleísmo inconseqüente.

Amauri não dá muita importância para os ritos de inauguração e suas lembranças do evento são escassas. Para ele, a entrega das primeiras chaves aos moradores foi um alívio parcial, uma vez que no momento em que isso ocorreu ainda restava concluir as casas dos fundos, o ajardinamento e a pavimentação das ruas, enfim, era imperioso manter a mobilização. Já Angélica lembra de detalhes, como o nome da moradora a quem ela entregou as chaves da nova casa, e o vestido amarelo que usou na ocasião – “o mais bonito que eu tinha”, como ela conta. Paulo Guarnieri, à época militando no PDT, teve de assistir à cerimônia às margens do palco principal. “Aquilo me doeu!”, lembra ele com a voz embargada.

“Com o tempo eu assimilei, como coisa da política. Sei que fizeram isso porque eu não era do PT, e não porque tivessem algo pessoal contra mim. Mas doeu, não posso negar! Teve uma líder muito perspicaz, que sabia que eu não estaria no palco, e fez questão de entregar um ramallete de flores para a minha companheira, que também se envolveu na mobilização, organizando o sopão comunitário. Eu entendi que as flores eram também para mim.”

A reurbanização da Planetário só foi terminada depois das eleições municipais de 1992, entretanto as imagens das casas que fazem frente para a Avenida Ipiranga, as primeiras a serem concluídas, tornaram-se um dos cartões postais da campanha que reelegeu a Administração Popular, à época um feito inédito para as esquerdas brasileiras. Passadas quase duas décadas da reurbanização, a mobilização política na Vila Jardim Planetário praticamente inexistente. De acordo com a informação de moradores, ouvidos ao longo do trabalho de campo, e de ex-lideranças locais, apenas a creche tem conseguido mobilizar a participação comunitária. Há várias gestões não há participação da Planetário no FROP Centro, embora os episódios dramáticos aqui suscitados sejam seguidamente lembrados como um dos eventos mais marcantes da luta pela moradia nessa região, uma luta continuada por outros líderes destacados, como Chiquinho dos Anjos, Dona Nelci, Seu Antônio Papeleiro, Paulinho da Renascença e tantos outros.

As razões de trazer à baila um episódio, e em particular aquele acima descrito, têm a ver com a riqueza que ele oferece para o entendimento da dinâmica da democracia participativa e, em perspectiva mais ampla, com a dinâmica da cultura. Em primeiro lugar, nota-se que a democracia participativa realiza-se, não raras vezes, em tempos e espaços que transcendem as reuniões habituais. O longo trabalho de campo realizado junto ao OP é prova de que por vezes se discute o orçamento, efetivamente. E de que estas talvez sejam as reuniões mais enfadonhas do ponto de vista dos participantes – logo, para quem as observa. No entanto se faz muito mais do que isso. A mobilização da Planetário é suficientemente clara a respeito disso, e evidencia ainda uma segunda particularidade importante: a constante negociação entre os interesses do Estado, dos governos, dos partidos, das comunidades, dos cidadãos, enfim, de uma plêiade de agentes e agências cujos papéis são constantemente ordenados e reordenados. Finalmente, o episódio é loquaz no que concerne à investidura de um líder popular, que de capitão de time de várzea é alçado ao *status* de articulador de uma das mais importantes mobilizações na luta pela moradia que Porto Alegre presenciou nas últimas décadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se saber o que significa participar do OP, o melhor talvez não seja perguntar aos seus freqüentadores. Sem desdenhar as sondagens de opinião, cuja contribuição é importante quando se pretende realizar análises quantitativas, este texto pretendeu reafirmar a força da etnografia. Nesse sentido, ele não se opõe a outras análises, realizadas especialmente por sociólogos e cientistas políticos, mas procura complementá-las. Observando-se o que fazem os participantes do OP ao longo do processo – que tem nas reuniões e assembléias um momento importante, mas que não se encerra nelas – é possível apreender melhor os meandros dessa modalidade de participação na política. Também permite compreender a maneira como os grupos populares brasileiros vêm incorporando certos valores canônicos da democracia participativa (como a solidariedade, o diálogo, o debate disciplinado, o respeito ao contraditório, a possibilidade de aprender com os outros, entre outros), a partir das experiências que lhe são peculiares. Nesse caso, creio que ainda há muito por ser descrito, afinal os grupos populares seguidamente não se conformam à idéia de delegação ou de abstenção. Eles também não podem ser rotulados de passivos, ingênuos e interesseiros, como certas epistemologias os percebem, mas tampouco são passíveis de romantização, como se a democracia participativa pudesse se desenvolver entre eles sem

obstáculos.

Os orçamentos participativos, em suas diversas matrizes, fazem parte das iniciativas visando romper com a abstenção e a delegação, na medida em que criam mecanismos visando a ampla participação dos cidadãos na gestão dos bens públicos, esgarçando as fronteiras da governamentalidade legalista e exclusivista que a democracia representativa concede a alguns poucos privilegiados. Pelo menos no caso de Porto Alegre, essa preocupação em ampliar o espectro da participação teve êxitos incontestáveis, em que pese apenas uma parte do orçamento da prefeitura ser efetivamente discutida no OP, e que apenas uma parcela da população – não mais do que 5% – freqüente as reuniões e assembléias.

Quaisquer que sejam os limites e os problemas em relação ao OP, e aqui é preciso considerar a distância que separa o ideário da democracia participativa de suas formas concretas de realização, é fato que ele criou ao longo dessas quase duas décadas um novo espaço político, conquanto o predicativo de “novo” não se aplique a tudo o que acontece no OP. As bem-sucedidas estratégias visando amenizar os entraves à participação dos leigos na política contribuíram para tornar o OP porto-alegrense uma referência internacional em termos de superação da democracia convencional, embora a questão da representação continue sendo uma das mais interessantes a serem investigadas, afinal a representação implica a concessão e a apropriação de agência e, portanto, fluxo de poder.

Ainda que o OP seja seguidamente tomado como uma alternativa às mazelas da democracia representativa e da política convencional, nota-se através da atuação de conselheiros e delegados que a ruptura é apenas parcial. Isso não depõe contra o OP, em hipótese alguma, apenas exige que ele seja percebido como parte da dinâmica da política, aproximando-se ou distanciando-se das formas tradicionais de maneira mais sutil do que a bibliografia tem apontado até o presente. Ao aproximar o OP do campo da política, estou fazendo um caminho inverso àquele que boa parte da bibliografia tem feito até o presente³³. Essa bibliografia, em grande parte entusiasta do OP, preferiu mostrar as diferenças desse dispositivo em relação a determinados aspectos da política convencional, destacando seu sucesso no enfrentamento ao clientelismo e na inculcação de uma nova ética cidadã, calcada na participação, na solidariedade e na transparência com a gestão de bens públicos.

Existe uma bibliografia considerável no espectro da antropologia contestando a idéia de passividade das sociedades tradicionais (indígenas e camponesas) e mesmo das camadas populares (um termo reservado às classes trabalhadoras urbanas). Conquanto estejam, de algum modo, na periferia da modernidade, uma vez que o acesso a certos direitos lhes é proporcionado apenas de modo parcial (saúde, educação, justiça, consumo etc.), não convém subtrair-lhes a agência, em razão de que a resistência, a barganha e a rebeldia, entre outras, são estratégias seguidamente usadas por tais grupos para fazer frente ao quadro mais ou menos dramático da despossessão. Neste texto, no entanto, procurei enfatizar trajetórias mais afinadas com um dispositivo que, sob muitos aspectos, era alheio à política local.

Poder-se-á discutir a extensão com que o OP afetou a compreensão da política por parte dos agentes sociais vinculados aos grupos populares. Certamente não foi uma revolução, como sugerem alguns políticos engajados, nem despertou os cidadãos para a participação de forma irrestrita. Todavia é inegável que para muitos porto-alegrenses o OP tem sido uma experiência singular, que marca suas trajetórias, deslocando-os da periferia para o centro da política. O que se pode observar através do trabalho etnográfico e do diálogo com conselheiros e ex-conselheiros da Região Centro, principais interlocutores desta pesquisa, é que o OP suscita estratégias de luta

que transcendem a resistência, embora ela ainda seja algo que faça parte das suas rotinas.

Uma das preocupações é pensar a democracia participativa em perspectiva contextualizada, segundo a maneira como ela é vivida concretamente, o que produz um diálogo por vezes tenso com certos pontos de vista que a tomam como um devir e, portanto, um instrumento de fabricação das consciências. O OP tinha, e em certo sentido ainda tem, um claro viés habermasiano, claramente orientado na perspectiva da teoria da ação comunicativa. Longe de ser apenas um dispositivo que oferece à população a oportunidade de participar da gestão da municipalidade, o OP porto-alegrense propôs-se a disciplinar essa participação, impondo regras no sentido de privilegiar certas práticas, como o diálogo público com a finalidade de produzir um consenso em casos onde houvesse conflito de interesses. Talvez porque pretendessem contribuir para a consolidação do OP, as primeiras investigações foram bastante condescendentes com certos procedimentos, preferindo destacar justamente o que havia de novo nesse processo. Posteriormente, surgiram vozes enunciando que o clientelismo (ou o neo-clientelismo) estava muito vivo³⁴. O que foi idealizado como um poderoso instrumento de formação da consciência e da sensibilidade dos cidadãos, que de pedintes passariam a ser demandantes e, então, cidadãos de direito e não mais pessoas condenadas ao favor e à benevolência das elites, acabou sendo domesticado pelos freqüentadores, em particular por conselheiros e delegados. Mesmo que o OP tenha perdido um pouco de seu charme original, ele continua sendo um espaço privilegiado para a compreensão de como são tensionados os valores essenciais atinentes à democracia e à política, pouco importam suas adjetivações.

NOTAS

- 1 Uma versão deste texto foi apresentada no GT Antropologia do Estado, por ocasião da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada de 1 a 4 de junho de 2008 em Porto Seguro (BA).
- 2 O poder do campo político deriva, segundo Bourdieu, justamente da combinação entre a concentração de várias modalidades de capitais por parte do Estado e as restrições no acesso a ele. Ou seja, o campo da política, tal como está constituído, prima pela exclusão dos leigos, agentes sociais que não dispõem de capitais (econômicos, simbólicos, sociais etc.) adequados ou em quantidade suficiente para se envolverem em disputas visando o controle do aparato estatal e, por extensão, dos capitais (ou parte deles, ao menos) que ele concentra, criando um círculo vicioso difícil de ser superado (Bourdieu 1994).
- 3 No final do texto, há um glossário com as principais siglas aqui utilizadas, que de resto são de uso corrente entre os frequentadores do OP.
- 4 A noção de agência, bastante influenciada pela “teoria da prática” de Bourdieu (Ortner 2005), considera que todas as estratégias de ação implicam estratégias de como lidar com o poder.
- 5 Esta segunda etapa conta com a colaboração de uma equipe de jovens pesquisadores vinculados ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de modo que atualmente podemos frequentar vários locais e eventos simultâneos. Eu mesmo tenho concentrado a observação participante no Conselho do OP e realizado entrevistas em profundidade com conselheiros antigos ou atuais da Região Centro, algumas das quais foram usadas neste texto. Também temos acompanhado as reuniões do FROP Centro e eventos diversos ligados a essa Região do OP, incluindo a inserção em algumas das comunidades de origem dos conselheiros. Isso nos permite uma pluralidade de pontos de vista acerca do processo participativo, na medida em que, além das manifestações públicas e entrevistas, temos acesso às redes informais. Sou grato, pois, à colaboração de Moisés Kopper, Liziane Gonçalves, Francieli Ruppenthal e Marcos Andrade Neves.
- 6 Na seqüência deste artigo farei uma explanação mais detalhada acerca de tais fóruns.
- 7 Uma das características do OP nessas três capitais é o fato de que em todas elas os partidos que implementaram o processo foram reeleitos sucessivamente, contribuindo para consolidar a experiência participativa. Em Recife, capital de Pernambuco (região Nordeste do Brasil), o PT foi eleito em 2000 e reeleito em 2004, sendo que o OP foi implementado em 2001. Em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais (região Sudeste), o PT foi eleito em 1992 e reeleito em 1996, 2000 e 2004, sendo que o OP foi iniciado em 1993, configurando uma das experiências mais longevas no Brasil. Em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (região Sul), o PT foi eleito pela primeira vez em 1988 e reeleito em 1992, 1996 e 2000. O OP foi iniciado em 1990 e teve continuação apesar da derrota petista nas urnas em 2004, sendo atualmente a mais longa experiência em gestão participativa no Brasil. Sobre as diversas experiências em OP no Brasil ver Avritzer e Navarro (2002).
- 8 Não há espaço aqui para discutir, em pormenores, as transformações ocorridas no decorrer da gestão de José Fogaça (2004-2008). Um levantamento da ONG Cidade (disponível em: <http://ongcidade.org> aponta uma queda expressiva do percentual de obras executadas em 2007/2008, algo em torno de 10% daquelas aprovadas pelo respectivo Plano de Investimentos. No entanto, a freqüência às plenárias regionais e temáticas manteve-se elevada nos anos de 2007

e 2008, bem próxima do ápice de participação quantitativa, registrado durante o terceiro mandato da Administração Popular (AP). Se fosse possível sintetizar em uma frase as impressões subsidiadas pelo trabalho etnográfico, iniciado em 2002, quando o PT ainda estava no poder, e retomado em 2007 e 2008, sob a gestão Fogaça, diria que a diferença entre as gestões é determinada, em boa medida, pelo fato de que os petistas tinham convicção ideológica acerca da pertinência do OP, enquanto os partidários de Fogaça revelam-se preocupados em honrar um compromisso de campanha eleitoral. Isso fez uma diferença importante, como o não comparecimento de muitos secretários ao COP e a falta de iniciativas visando qualificar os conselheiros, o que implicou uma perda de qualidade considerável nos debates. As plenárias, eventos de grande porte que reúnem um público bastante heterodoxo, pouco mudaram, mas isto não é suficiente para tornar o OP um diferencial em relação aos vícios da democracia convencional.

- 9 Para uma descrição mais detalhada do OP porto-alegrense, cf. Souza Santos (2002), Fedozzi (2001: 147-83) ou, de forma simplificada, porém didática, o site da ONG Cidade (ver nota 8 acima).
- 10 Conforme levantamento de Fedozzi (2007:20), 30,1% dos conselheiros recebem até dois salários mínimos (aproximadamente 330 euros), 36,3% ganham entre dois e quatro salários (330 a 660 euros), 22,1% têm renda entre quatro e oito salários e apenas 11,5% receberiam mais do que oito salários mínimos (acima de 1.320 euros). Para pretexto de tributação, considera-se de classe média no Brasil quem recebe entre cinco e trinta salários mínimos, um leque bastante extenso, portanto. Seguindo tal parâmetro, teríamos seguramente mais de 66,4% dos conselheiros com renda abaixo do padrão de “classe média”.
- 11 O que está efetivamente ao alcance dos conselheiros são os cargos de terceiro, quarto e quinto escalões na prefeitura, no governo do estado ou em assessoria parlamentar, requisitados quase sempre para exercer a tarefa de assessoria comunitária, um trabalho de mediação, como se faz no OP, porém remunerada. O Conselho Tutelar, instituído a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é o único entre os vinte conselhos municipais de Porto Alegre para o qual os membros são eleitos através das urnas e remunerados para o exercício do mandato. No ano de 2008, quatro conselheiros do OP solicitaram afastamento do COP para concorrer ao Conselho Tutelar, e uma das candidatas foi eleita. Na legislatura 2004-2008, havia pelo menos três vereadores com passagem pelo COP. Em pelo menos um dos casos – de uma vereadora em segundo mandato – a visibilidade e a reputação amealhadas através do OP foram decisivas na sua carreira política. Venho realizando um levantamento minucioso acerca da reconversão de conselheiros, cujos resultados deverão ser publicados futuramente.
- 12 “Participer nécessite d’une quantité d’actions qui, malgré le présupposé d’égalité, dévoilent les différences des capacités pour accomplir la tâche. ‘L’articulation’ est donc le mouvement qui permettra de lier les différentes personnes qui sont en relation. C’est un mot qui dénote la nécessaire souplesse des mouvements pour faire face à une réalité complexe en vue d’atteindre des objectifs divers et variés. Articulando c’est la façon dont on arrive à faire des alliances entre conseillers avec des capacités de mobilisation distinctes mais aussi avec le gouvernement qui est un acteur du jeu central malgré le fait de ne pas avoir le droit de vote au sein du BP. La nécessité des articulations montre bien que, dans le jeu politique qui se met en place, aucun agent ne peut pas être hégémonique à lui tout seul, ‘le bras ne peut pas exister s’il n’y a pas de coude’, il ne pourrait pas accomplir sa tâche, les pièces détachées ne fonctionnent pas toutes seules, la constitution d’un réseau de relations devient nécessaire” (Botey 2007:106).

- 13 Ainda que sem fazer referências diretas – mesmo porque elas se encontram em toda a parte –, a perspectiva com a qual observo a dinâmica entre os conselheiros do OP é fortemente influenciada pela versão bourdiana dos ritos de instituição (nomeação, delegação, classificação etc.), descritos na sua economia das trocas lingüísticas (Bourdieu 1982).
- 14 É interessante notar que o léxico participativo mais puro, que pode ser encontrado nos textos escritos, freqüentemente é matizado nas falas dos conselheiros por outros termos, como “sofrimento”, por exemplo, o que denota uma prática política alicerçada num certo hibridismo ideológico, em que valores modernos – como é o caso de todo o léxico dos direitos e da cidadania – embaralham-se à ética religiosa, em particular do catolicismo.
- 15 Juliano lidera uma associação de camelôs que disputaram acirradamente os espaços junto ao Centro Popular de Compras construído pelo governo Fogaça. Com a mobilização intensa dos camelôs da associação que representa – Associação dos Feirantes da Rua da Praia (ASFERAP) – e percebendo sua influência crescente, a ponto de compor a coordenação do COP, Juliano aventurou-se como candidato a vereador em 2008, tendo obtido 887 votos, ficando na vigésima quarta suplência da coligação PCdoB-PPS. Embora tenha contado com o apoio de vários líderes da Região Centro, em particular de Jorge e Fábio (genro e discípulo de Chiquinho), sua candidatura causou certa estranheza de início, afinal muitos acreditavam que ele não era “adesivado”.
- 16 No léxico vulgar, “pentelho” equivale a pelos pubianos.
- 17 Criado em 1994, o Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação (COMATHAB) é uma entidade que possibilita a participação direta das comunidades no planejamento, execução e fiscalização da política habitacional em Porto Alegre. O COMATHAB é composto por representantes de entidades populares de caráter comunitário, entidades de classe, empresariais e órgãos estatais – municipais, estaduais e federais.
- 18 João Verle foi eleito como vice de Tarso Genro, em 2000, e assumiu a prefeitura quando este se afastou, em março de 2002, para concorrer às prévias do PT, contra Olívio Dutra, e depois disputar o governo do Rio Grande do Sul – tendo sido derrotado em segundo turno por Germano Rigotto.
- 19 Vila é o nome pelo qual são denominadas em Porto Alegre, e em outras partes do Brasil, aglomerações de pequeno porte, às vezes localizadas no interior de um bairro. Seria um termo equivalente a favela, conquanto nem todas as vilas sejam populares. Como estas predominam, chamar alguém de “vileiro” (morador de vila) é altamente pejorativo; seria como chamá-lo de “favelado”. No caso da região central de Porto Alegre, existem aproximadamente vinte vilas populares, quase todas irregulares – edificadas em leito de ruas, terrenos públicos e assim por diante –, com destaque para a Vila do Chocolate, um conjunto de aproximadamente 250 casebres edificadas em terreno público, próximo ao centro e ao lado de um parque.
- 20 Líder espiritual indiano (1931-1990), desenvolveu um sistema de crenças particular, altamente heterodoxo, baseado na meditação e no auto-conhecimento como estratégias de acesso à liberdade individual e à superação de todas as formas de autoritarismo. Estima-se que existam mais de cem mil seguidores de Osho espalhados pelo mundo, sobretudo no Ocidente. Suas lições orais foram transcritas em algumas centenas de livros, mas sua passagem pelos EUA, nos anos de 1980, e certas práticas de seus seguidores, são motivo de controvérsia, sobretudo no que concerne à liberação sexual. Sobre alguns aspectos deste movimento no Brasil conferir Maluf (2007).

- 21 As habitações são cedidas pela prefeitura, a título de “direito real de uso”, pelo qual as famílias pagam mensalmente um valor módico.
- 22 O “purgatório” possui relação com o fato de os moradores da Vila dos Papeleiros terem sido acomodados pela prefeitura em um abrigo de passagem depois de um incêndio que destruiu os casebres.
- 23 O Observa POA (Observatório da Cidade de Porto Alegre) é uma agência de pesquisa e informações sobre a cidade e conta com o suporte de várias instituições, incluindo a Prefeitura, a UFRGS e a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. O Observa POA está ligado ao Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP) da Rede 3 – Urb-AI e da organização Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). Outras informações estão disponíveis em: <<http://www.observapoa.palegre.com.br>>.
- 24 Em sete dos dezoito bairros dessa região, a média do rendimento dos responsáveis pela família fica entre dez e quinze salários mínimos; em outros cinco, entre quinze e vinte; em quatro, entre vinte e 25; em um deles entre 25 e trinta e, finalmente, no Bairro Bela Vista, o rendimento médio das famílias está situado entre trinta e quarenta salários.
- 25 Este índice é efetivamente baixo quando comparado com outras regiões da cidade, como a Região Cruzeiro, cujas estimativas indicam que mais de 55% da população residem em ocupações irregulares. Esse dados são do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, disponível em: http://www.pmhis-poa.com.br/diagnostico/01_dignostico.php.
- 26 Entre 1940 e 1950, a população porto-alegrense cresceu 44,78%; entre 1950 e 1960, a expansão foi de 61,14%; na década seguinte caiu para 39,43%, depois 27,21%, até a década de 1980, quando cresce à taxa moderada de 12,25%. Atualmente estima-se que Porto Alegre cresça em proporções bem menores, de aproximadamente 0,36% ao ano, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- 27 No caso do Rio Grande do Sul, a população urbana ultrapassou a rural ao longo da década de 1950, mas é na década de 1970 que tem início um outro fenômeno que persiste até o presente: a diminuição, em termos absolutos, da população rural. De acordo com o censo de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apenas 17,74% da população do Rio Grande do Sul vivem no campo atualmente.
- 28 Para se ter uma idéia do perfil da população deslocada, que não difere daquela que permaneceu morando em pequenas vilas irregulares do centro, na Restinga (que compõe uma das Regiões do OP), os responsáveis pelo sustento das famílias recebem juntos em média 3,6 salários mínimos (renda 63,6% menor do que a média da cidade). Comparando-se esses números com a renda das famílias da Região Centro – em média 16,8 salários – o contraste fica evidente.
- 29 Sobre o deslocamento da Vila Cai-Cai, realizado na segunda gestão da Administração Popular, conferir Sant’Ana (1997).
- 30 A UAMPA foi criada em 1983, com forte influência de militantes ligados ao PDT, partido que administrou Porto Alegre (1985-1988) e o Estado do Rio Grande do Sul (1990-1994). A UAMPA também era ligada à FRACAB (Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e de Moradores de Bairros), criada ainda em 1959. O papel da UAMPA no processo de participação colegiada que culminaria na criação do OP foi tão importante que ela é, ao lado do Sindicato dos Municípios, a única entidade com direito a indicar conselheiros para o COP, além das respectivas regiões e temáticas nas quais o OPPOA está subdividido.

- 31 Zambiasi foi eleito três vezes deputado estadual pelo PTB, em todas sendo o mais votado, até ser eleito senador em 2002 pelo mesmo partido. Embora o PTB seja aliado do PT em nível federal, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre eles sempre estiveram em campos opostos.
- 32 Amauri e Deoclécio foram processados como líderes da mobilização, mas graças ao suporte dos advogados da prefeitura acabaram absolvidos quatro anos depois.
- 33 Refiro-me, sobretudo, às abordagens que procuram destacar os aspectos que diferenciam o OP de outros espaços da política, tratando-o como um avanço, uma inovação ou, simplesmente, uma “outra” forma de fazer política. Este olhar é característico de publicações organizadas por políticos de esquerda, normalmente vinculados ao PT e direta ou indiretamente ligados à criação e promoção do OP (Genro e Souza 1999), e também está presente em textos acadêmicos, como em Santos (2002).
- 34 Sobre este assunto cf. sobretudo Andrade (2005), Kunrath Silva (2002) e Navarro (2002).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Edinara Terezinha de. 2005. Democracia, Orçamento Participativo e Clientelismo: um estudo comparativo das experiências de Porto Alegre/RS e Blumenau/SC. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

AVRITZER, Leonardo. 2000. "Teoria Democrática e Deliberação Pública". *Lua Nova* 49: 25-45.

_____. 2002. Modelos de Deliberação Democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In Boaventura de Souza Santos (org.) *Democratizar a Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BOTEY, Luis Emílio Cuenca. 2007. Participando, Articulando, Cobrando... – une compréhension du Budget Participatif de Porto Alegre au travers des trajectoires sociales des dirigeants. Mémoire de Master II. Paris: EHESS/CRBC.

BOURDIEU, Pierre. 1981. "La Representation Politique. Eléments pour une theorie du champ politique". *Actes de la Recherche em Sciences Sociales* 36-37: 3-24.

_____. 1982. *Ce que Parler Veut Dire – L'Économie des Échanges Linguistiques*. Paris: Fayard.

DAMO, Arlei. 2006. "A Peça Orçamentária: os sentidos da participação na política a partir do OP porto-alegrense". In Jurema Brites e Claudia Fonseca (orgs.) *Etnografias da Participação*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC.

De CERTEAU, Michel. 1994. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes.

FEDOZZI, Luciano. 1996. Do Patrimonialismo à Cidadania: participação popular na gestão Municipal, Orçamento Participativo de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

_____. 2002. O Eu e os Outros: a construção da consciência social no orçamento participativo de Porto Alegre. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

_____. 2000. *O Poder da Aldeia*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

_____. 2007. *Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre – análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

GENRO, Tarso e Ubiratan Souza. 1999. *Orçamento Participativo – a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Perseu Abramo.

KUNRATH SILVA, Marcelo. 2002. Construção da “Participação Popular”: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1997. “A Ciência do Concreto”. In *O Pensamento Selvagem*. Campinas: Papirus.

MALUF, Sonia. 2007. “Da Mente ao Corpo? A centralidade do corpo nas culturas da Nova Era”. *Ilha 7*: 147-161.

NAVARRO, Zander. 2002. “O ‘Orçamento Participativo’ de Porto Alegre (1989-2002): um conciso comentário crítico”. In Leonardo Avritzer e Zander Navarro (orgs.) *A Inovação Democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez.

NEVEU, Catherine (org.). 2007. *Cultures et Pratiques Participatives – perspectives comparatives*. Paris: L’Harmattan.

ORTNER, Sherry. 2007a. “Poder e Projetos: reflexões sobre a agência”. In Miriam Pillar Grossi, Cornelia Eckert e Peter Fry (orgs) *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra.

_____. 2007b. “Subjetividade e Crítica Cultural”. *Horizontes Antropológicos* 13(28): 375-405.

SAHLINS, Marshall. 1997a. “O ‘Pessimismo Sentimental’ e a Experiência Etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção” (Parte I). *Mana* 3(1): 41-73.

_____. 1997b. “O ‘Pessimismo Sentimental’ e a Experiência Etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção” (Parte II). *Mana* 3(2): 103-150.

_____. 2001. “Dos o Três Cosas que Sé acerca del Concepto de Cultura”. *Revista Colombiana de Antropologia* 17: 290-327.

SANT’ANA, Maria Helena. 1997. Vila Cai-Cai: a lógica da habitação reciclável – um estudo da organização do espaço e do tempo em uma vila em remoção em Porto Alegre-RS. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

SANTOS, Boaventura de Souza. 2002. “O Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva”. In *Democratizar a Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

YONG, Iris Marion. 2001. “Comunicação e o Outro: além da democracia deliberativa”. In Jessé Souza (org.) *Democracia Hoje – novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. UnB.

LISTA DE ABREVIATURAS

AP	Administração Popular
COMATHAB	Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação
COP	Conselho Municipal do Orçamento Participativo
DEM HAB	Departamento Municipal de Habitação
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
FRACAB	Federação Riograndense de Associações Comunitárias e de Moradores de Bairros
FROP	Fórum de Delegados do Orçamento Participativo
GAPLAN	Gabinete de Planejamento
MNLM	Movimento Nacional de Luta Pela Moradia
OP	Orçamento Participativo
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
UAMPA	União das Associações de Moradores de Porto Alegre

Cultura e Agência – o engajamento no Orçamento Participativo

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa etnográfica realizada junto ao Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre. São privilegiados os itinerários de conselheiros(as) de uma das dezessete regiões nas quais o OP está subdividido, procurando-se investigar as razões pelas quais eles se engajaram nesta modalidade de ação política e a ordenação de suas experiências ao longo dela. O objetivo mais amplo está voltado para a compreensão do significado da participação na política, razão pela qual são privilegiados os pontos de vista dos(as) conselheiros(as), lideranças locais com reconhecida atuação no OP. Pergunta-se pelas condições de possibilidade de aquisição de “agência”, enquanto uma modalidade de ação na qual o sujeito tem em vista um projeto e busca empreendê-lo por meio de estratégias que estão ao seu alcance. A questão de fundo é, precisamente, o processo, objetivo e subjetivo, de constituição de agência e de reputação dos conselheiros no OP.

PALAVRAS-CHAVE: cultura, política, agência, democracia, Orçamento Participativo.

Culture and Agency – engagement in the Participatory Budget of Porto Alegre (RS, Brazil)

ABSTRACT

This article is the result of an ethnographic research on the Participatory Budget of Porto Alegre, Brazil. It is based on the trajectories of the counselors of one of the 17 regions that compose the city, in attempt to understand the reasons that led them to engage in such a political activity and the order of their experiences along it. The broader objective is related to understanding the meaning of political participation; that is the reason why the viewpoints of the counselors, local leaders with a well-known political engagement in the Participatory Budget, are taken into account. Thus, this article stands for an attempt to cast light on the conditions of the acquisition of ‘agency’, as a modality of action in which the subject tries to carry out a personal project by assessing the strategies he/she avails. Therefore, the main question I pose is, precisely, about the objective and subjective processes that have to do with the agency and reputation of the Participatory Budget counselors.

KEY WORDS: culture, politics, agency, democracy, Participatory Budget.

Recebido em 19/01/2009
Aprovado em 03/02/2009

